

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

ROSIENE AGUIAR SANTOS

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO ENUNCIADO
“INTERVENÇÃO MILITAR JÁ” NAS MÍDIAS DIGITAIS: MEMÓRIA,
METÁFORA E EFEITOS-SENTIDO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2020

ROSIENE AGUIAR SANTOS

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO ENUNCIADO
“INTERVENÇÃO MILITAR JÁ” NAS MÍDIAS DIGITAIS: MEMÓRIA,
METÁFORA E EFEITOS-SENTIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística.

Linha de Pesquisa: Texto, Sentido e Discurso.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2020

S238f	<p>Santos, Rosiene Aguiar.</p> <p>O funcionamento discursivo do enunciado “Intervenção Militar Já” nas mídias digitais: memória, metáfora e efeitos-sentido. / Rosiene Aguiar Santos; orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. – Vitória da Conquista, 2020.</p> <p>105f.</p> <p>Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) -- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.</p> <p>Inclui referência F. 91 – 98.</p> <p>1. Análise de Discurso. 2. Intervenção militar. 3. Discurso e redes sociais. 4. Memória discursiva – Silenciamento e resistência. I. Cortes, Gerenice Ribeiro de Oliveira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 401.44</p>
-------	---

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The discursive functioning of the advertiser “Military Intervention Now” in digital media: Memory, metaphor and speech effects.

Palavras-chave em inglês: Military intervention. Speech and social media. Discursive memory. Silence and resistance.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof.^a Dr.^a Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (Presidente-Orientadora); Prof.^a Dr.^a M^a da Conceição Fonseca-Silva (UESB); Prof.^a Dr.^a Solange Mittmann (UFRGS).

Data da defesa: 12 de março de 2020.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8121-6537>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7369906305450306>

ROSIENE AGUIAR SANTOS

**O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO ENUNCIADO
“INTERVENÇÃO MILITAR JÁ” NAS MÍDIAS DIGITAIS: MEMÓRIA,
METÁFORA E EFEITOS-SENTIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 12 de março de 2020.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira
Cortes (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: Gerenice Ribeiro de O. Cortes

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca
Silva
Instituição: UESB

Ass.: Maria da Conceição Fonseca Silva

Profa. Dra. Solange Mittmann
Instituição: UFRGS

Ass.: Solange Mittmann

*Aos meus pais, ao meu noivo, aos amigos e colegas
que me incentivaram e me apoiaram em mais esta
conquista.*

AGRADECIMENTOS

Sentimento mais belo que a gratidão eu desconheço, por isso quero agradecer a todos que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Em especial, minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGLin/UESB), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À CAPES, nos seguintes termos: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”¹.

Agradeço, de modo especial, a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a *Gerenice Cortes* (UESB), sem o seu incessante cuidado e apoio em todas as suas excelentes supervisões, sugestões e contribuições ao longo da pesquisa, eu não teria conseguido. Obrigada Gerenice, por sua paciência, seu empenho, sua organização e sua celeridade, pois todas essas características só mostram o quanto você merece a alcunha de uma orientadora de verdade.

Agradeço aos membros da Banca de Qualificação, Prof.^a Dr.^a *Maria da Conceição Fonseca-Silva* (UESB) e Prof.^a Dr.^a *Edvania Gomes* (UESB), por aceitarem avaliar o trabalho, e pelas mais que valiosas contribuições.

Agradeço aos membros da Banca de defesa, por terem aceitado o convite para participar da Banca examinadora da Defesa: Prof.^a Dr.^a *Solange Mittmann* (UFRGS) e Prof.^a Dr.^a *Maria da Conceição Fonseca-Silva*, pois as suas contribuições para este trabalho foram enriquecedoras.

Sou grata também a toda a equipe de coordenação do PPGLin, aos professores e aos servidores do programa, que buscam, em meio aos tantos percalços que passa a Educação no país, seguir firme no empenho de melhorar cada vez mais a prática pedagógica dessa formação de alto nível que obtivemos.

Agradeço a Deus por minha vida e por minha saúde, pois são preces constantes em

¹ Essa citação foi feita em conformidade com o que dispõe o **Art. 3º da PORTARIA No 206, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018** (http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39729251/do1-2018-09-05-portaria-n-206-de-4-de-setembro-de-2018-39729135), e com o ofício Circular no 87/2018-CEX/CGSI/DPB/CAPES, que ressalta: “o financiamento aludido na portaria envolve não apenas o recebimento de bolsa de estudos da CAPES, mas ainda o recebimento de qualquer tipo de apoio a atividades acadêmicas, as quais tenham feito uso de recursos de custeio ou de capital, tais como do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) ou do Portal de Periódicos, por exemplo.” Em obediência e cumprimento com o que reza tanto à referida portaria quanto ao que esclarece o ofício mencionado, o PPGLin estabeleceu que bolsistas e não bolsistas devem, obrigatoriamente, fazer referência ao apoio recebido da CAPES em todos os trabalhos (tais como: artigos, dissertações, teses, ou quaisquer outros trabalhos publicados em qualquer língua e em qualquer meio digital ou impresso.) que decorram das atividades acadêmicas desenvolvidas no Programa, pois o PPGLin é financiado, parcialmente, pelo PROAP/CAPES.

minhas orações; a contribuição espiritual, que sempre recorro na minha fé, é também fundamental para as minhas conquistas palpáveis.

Sou grata aos meus pais, *Márcia* e *Val*, a quem amo e admiro e, mesmo não entendendo a dimensão dos meus estudos, sempre contribuíram grandiosamente para que eu pudesse ter a formação que tenho hoje, orgulho recíproco.

Ao meu noivo, que sempre busca fazer com que eu me reconheça capaz, nas muitas crises da síndrome do impostor – quando acredito na inferioridade ilusória e subestimo minhas próprias habilidades – ele é o primeiro a me enaltecer e a me fazer ver o quanto eu posso ser mais e não só ser, mas, principalmente, me perceber sendo suficiente e capaz. Amo você, *Brener*!

Aos meus colegas de trabalho, que me compreenderam quando precisei me ausentar para me dedicar à pesquisa e, principalmente, me incentivaram e se inspiraram em mim.

Estendo, ainda, a minha gratidão aos meus amigos e aos colegas do Mestrado, em especial, *Nayane*, *Lucinéia*, *Leilian*, *Mércia*, *Mari* e *Caio* pela parceria, os auxílios, e também a amizade. Todos estarão sempre gravados na minha memória e no meu coração.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça...
Comissão Nacional da Verdade (2014)

RESUMO

Diante do golpe civil-militar de 1964, deu-se início um processo ditatorial no Brasil, perdurando um governo exclusivo de generais por vinte e um anos. Entretanto, após mais de três décadas do fim do regime militar, sobretudo a partir das manifestações e protestos conhecidos como *Jornadas de Junho de 2013*, emergem anseios de uma nova intervenção das Forças Armadas para dirigir politicamente o país, com intensa propagação nas mídias digitais. Dessa forma, as inquietações acerca desse processo deram origem à nossa pesquisa, que traz a seguinte questão central: Como funciona discursivamente o enunciado “Intervenção Militar Já”, materializado nas redes midiáticas digitais, ao considerar as relações com a memória discursiva da/sobre a Ditadura Militar brasileira de 1964? O objetivo geral consistiu em analisar o funcionamento discursivo deste enunciado, inscrito, em especial, nas redes sociais, considerando as relações de memória e relações metafóricas com o discurso da Ditadura Militar brasileira. O estudo respalda-se nos dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) desenvolvida por Pêcheux (1969; 1975; 1983), além de outros estudiosos. O *corpus* foi constituído de trinta e seis (36) sequências discursivas (SDs), a partir da coleta de materialidades do *Facebook*, publicadas entre 2014 e 2018. Os resultados mostram que o discurso da “Intervenção Militar Já” inscrito nas materialidades digitais é afetado pela memória do/sobre o regime militar brasileiro (1964-1985) e pelas forças ideológicas das mídias e redes sociais – que também mobilizam as redes de memórias, na opacidade da linguagem e assim, – produzem a movimentação dos sujeitos e dos sentidos; essa trama discursiva funciona com disputa de sentidos, sob a tensão das seguintes posições-sujeito dominantes: apologia ao discurso do militarismo, com efeitos de apagamento dos sentidos de ditadura para a intervenção militar, além de efeitos de que somente uma “Intervenção Militar Já” trará solução aos problemas sociais enfrentados no país, a exemplo da corrupção, violência, entre outros; repúdio e resistência à intervenção militar, sendo esta discursivizada com sentidos de ditadura, que jamais pode retornar ao país, pela ameaça que representa à democracia e à liberdade. Ademais, o funcionamento do discurso da “Intervenção Militar Já”, sob as condições de produção e circulação das mídias digitais e das redes sociais, produziu efeitos determinantes na eleição de 2018, com militância digital em favor da candidatura do então Deputado Federal Jair Bolsonaro, um militar reformado, o qual foi eleito Presidente da República do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Intervenção Militar. Discurso e redes sociais. Memória discursiva. Silenciamento e resistência.

ABSTRACT

In the face of the 1964 civil-military coup, a dictatorial process began in Brazil, lasting an exclusive government of generals for twenty-one years. However, after more than thirty years since the end of the military regime, mainly after the demonstrations and protests known as "June 2013 Days", there are yearnings for a new intervention by the Armed Forces to direct the country politically, with intense propagation from digital media. In this way, the concerns about this process gave rise to our research, which brings up the following central question: How does the statement "Intervention Military Now" work, materialized in digital media networks, when considering the relations with the discursive memory of and about the Brazilian Military Dictatorship from 1964? The general objective was to analyze the discursive functioning of this statement, present, especially, in social networks, considering the relations of memory and metaphorical relations with the discourse of the Brazilian Military Dictatorship. This study is supported by the theory and methodology adopted by Discourse Analysis (DA) developed by Pêcheux (1969, 1975, 1983), in addition to other scholars. The *corpus* was made up of thirty-six (36) Discursive Sequences (DSs), from the collection of materialities from Facebook, published between 2014 and 2018. The results show that the speech of the "Military Intervention Now" inscribed in digital materialities is affected for the memory of and about the Brazilian military regime (1964-1985) and for the ideological forces of the media and social networks, which also mobilize the networks of memories, in the opacity of language. Furthermore, it produces the movement of subjects and senses; this discursive plot works with a dispute of meanings, under the tension of the following dominant subject positions: incitement to the discourse of militarism, with effects of erasing the meanings of dictatorship for military intervention, in addition to effects that only a "Military Intervention Now" will bring a solution to the social problems faced in the country, such as corruption, violence, among others. Repudiation and resistance to military intervention, which was discursivized with meanings of dictatorship, which can never return to the country, due to the threat it represents to democracy and freedom. In addition, the functioning of the "Intervention Military Now" speech, under conditions of production and circulation of digital media and social media, has decisive effects on the 2018 election, with digital militancy in favor of the candidacy of the then Federal Deputy Jair Bolsonaro, who is a military pensioner, that was elected President of the Republic of Brazil.

KEYWORDS

Military intervention. Speech and social media. Discursive memory. Silence and resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Botões de reação do <i>Facebook</i>	27
Figura 2 – Ato por <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff - Estadão (01/11/14).....	49
Figura 3 – Manifestação por <i>impeachment</i> e intervenção militar - UOL (15/03/15)	51
Figura 4 – Intervenção literária já! - Quebrando o Tabu (31/08/16)	53
Figura 5 – Intervenção Militar Já (15/12/17)	55
Figura 6 – “Intervenção militar” X Aulas de História (18/09/17).....	60
Figura 7 – Intervenção Militar Já – Greve dos caminhoneiros (29/05/18)	64
Figura 8 – Intervenção em <i>outdoor</i> (03/03/18)	67
Figura 9 – Manifestação na UESB (05/10/17)	69
Figura 10 – “Marginais, Intolerantes, Travestidos de Estudantes...” (09/10/17)	70
Figura 11 – Intervenção Literária Já - Meu Professor de História (27/05/18)	73
Figura 12 – Resgate da Caverna - História Animada (12/07/18)	77
Figura 13 – Alegoria da caverna de Platão	79
Figura 14 – O Brasil não será uma nova Cuba: 2015 e 1964 (17/10/18).....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
BA	Unidade Federativa da Bahia
CP	Condições de produção
Dr ^a	Doutora
Gal.	General
LSN	Lei de Segurança Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Ministério Público
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PPGLin	Programa de Pós-Graduação em Linguística
PSL	Partido Social Liberal
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SD(s)	Sequência(s) discursiva(s)
SP	Unidade Federativa de São Paulo
TV	Televisão
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 O funcionamento do discurso “Intervenção Militar Já” nas ondas do ciberativismo digital.....	13
1.2 A Ditadura Militar brasileira: breve histórico.....	18
1.3 Considerações sobre o ciberespaço e as redes sociais	23
1.4 Questões de pesquisa, hipóteses e objetivos.....	29
1.5 Dispositivos teórico-metodológicos	30
<i>1.5.1 Considerações sobre a Análise de Discurso.....</i>	<i>30</i>
<i>1.5.2 O delineamento da pesquisa</i>	<i>33</i>
<i>1.5.3 Dos arquivos digitais à constituição do corpus discursivo</i>	<i>34</i>
1.6 Organização estrutural dos capítulos e seções	37
2 GESTOS ANALÍTICOS – PARTE I	39
2.1 Noções teóricas mobilizadas para a análise.....	39
<i>2.1.1 Condições de produção.....</i>	<i>39</i>
<i>2.1.2 A Subjetividade na Análise de Discurso: o sujeito como uma posição entre outras ...</i>	<i>40</i>
<i>2.1.3 Projeções imaginárias</i>	<i>41</i>
<i>2.1.4 Interdiscurso e Memória</i>	<i>43</i>
<i>2.1.5 Metáfora discursiva, Paráfrase e Polissemia.....</i>	<i>46</i>
<i>2.1.6 Silenciamento</i>	<i>47</i>
2.2 “Intervenção Militar Já”: o retorno da ditadura ou o controle do caos?	49
3 GESTOS ANALÍTICOS – PARTE II.....	63
3.1 Considerações sobre o ano de 2018 e as eleições presidenciais	63
3.2 O discurso da Intervenção Militar e os efeitos de militância digital nas eleições de 2018.....	67
4 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXOS	99
ANEXO A – Imagens Ilustrativas	99

1 INTRODUÇÃO

1.1 O funcionamento do discurso “Intervenção Militar Já” nas ondas do ciberativismo digital

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para...
Cazuza (1988)*

A intensa repetibilidade da formulação “Intervenção Militar Já” nas materialidades digitais, principalmente na rede social *Facebook* – dada a potencialidade desse espaço para a produção e circulação de discursos – gerou notáveis inquietações, dando origem à pesquisa que resultou nesta dissertação. Este estudo está inserido no projeto temático do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), denominado *Discursividades da Rede Midiática Digital e Relações de Territorialidade Virtual*, o qual é coordenado pela professora Dr^a. Gerenice Cortes, e objetiva, através do arcabouço teórico da Análise de Discurso, doravante AD, investigar o funcionamento discursivo de materialidades midiáticas digitais, considerando as relações de poder e disputas de territorialidade no ciberespaço².

No entanto, para um melhor entendimento acerca do processo que culminou com os anseios e clamores pela “Intervenção Militar Já”, abordaremos, brevemente, algumas narrativas das circunstâncias da recente conjuntura social e política brasileira, como também faremos uma breve incursão histórica sobre o período da Ditadura Militar que vigorou no país por 21 anos (1964-1985), visando a compreensão do trabalho da memória e dos efeitos-sentido que funcionam nessa trama discursiva.

Diante da instabilidade iniciada no país pelos protestos que reprovavam o aumento dos preços das passagens de transportes urbanos, em todas as capitais e em algumas cidades do país (SILVEIRA, 2015), outras reivindicações, além dos R\$0,20 (vinte centavos)³, foram postas em discussão, e assim, se estenderam por diversas regiões.

Essas manifestações partiram para o campo político, principalmente com os descontentamentos que parte da classe média e parte da imprensa tinham em relação ao Governo Federal (CAVALCANTE, 2015). Esses protestos foram denominados de *Jornadas de Junho de 2013*. Vejamos:

² Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppglin/?pagina=projetos-de-pesquisa-3> Acesso em: maio 2018.

³ Este foi o valor do aumento das passagens em algumas cidades brasileiras.

As classes médias superiores, composta por profissionais liberais, pequenos burgueses, rentistas médios e todos aqueles que não vivem apenas ou necessariamente de salários, uma vez que desgostosas com as políticas de ascensão social promovidas pelos governos petistas. [...] resistência à percepção, mesmo que irreal, da perda de prestígio e privilégios, caso do acesso à universidade e a bens de consumo e serviços aos pobres e particularmente aos pobres negros [...] (FONSECA, 2018, p. 64).

Ainda segundo Fonseca (2018, p. 64), a atuação da imprensa “foi decisiva para criar e espalhar clima e ambiente antigovernamental e antipetista” nas classes médias. Em princípio, as mobilizações populares iniciadas em 2013 foram provenientes de movimentos sociais ligados à esquerda, como o Movimento Passe Livre (MPL)⁴, por exemplo, no entanto, as manifestações que antes decorriam do aumento da tarifa do transporte público se tornaram o espaço para parte dos brasileiros ligados à direita mostrar sua indignação acerca de diversos fatores que, naquele momento, faziam parte da conjuntura do país. Foi possível verificar clamores pelo “fim da corrupção”, por “mais saúde”, “mais educação”, ou seja, um Estado mais eficiente e também pelo combate à corrupção.

Naquele momento, Dilma Rousseff (PT) era a presidenta do Brasil em seu penúltimo ano do primeiro mandato (que foi de 2011 a 2014). Protestos contra a presidenta Dilma não só questionavam o seu mandato e as políticas governamentais de seu partido, como também começaram a questionar o regime democrático do atual governo do Brasil, além de inflamar o chamado antipetismo que se arrasta a partir daí, que considera o Partido dos Trabalhadores e “[...] seus representantes no governo como depositários de todos os vícios e tornados responsáveis por todos os males da sociedade brasileira; criminalidade galopante, corrupção, má gestão, dissolução dos costumes e dos valores, crise etc.” (DELCOURT, 2016, p. 129).

Mesmo após reeleita no pleito eleitoral de 2014, as manifestações contrárias ao Governo Dilma permaneceram (SILVA, 2017). Segundo Brito (2016),

[...] a Eleição Presidencial de 2014 foi marcada [...] por ter sido a eleição presidencial mais acirrada da história política do Brasil. No segundo turno dessas eleições, a candidata Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com uma diferença de apenas 3,28% dos votos, em relação ao candidato Aécio Neves (PSDB) [...] (BRITO, 2016, p. 12).

⁴ O Movimento do Passe Livre (MPL) estava presente nas periferias e utilizou também o *Facebook* para chamar esses protestos de rua (SILVEIRA, 2015).

Os protestos foram muito explorados pela mídia, o que acabou culminando em um coro “Fora Dilma”. A direita se sobressaiu nessas jornadas e, com isso, tiveram mais êxito os “[...] setores da classe média tradicional com interesses específicos, barrar o Estado desenvolvimentista e distributivista do período petista [...]” (SILVA, 2017, p. 3).

As manifestações eram organizadas principalmente através das redes sociais, que têm se tornando um espaço de *ciberativismo* e ganhado forças, sendo as redes, portanto, cada vez mais decisivas no que concerne às mobilizações sociais e campanhas político-eleitorais, sendo, assim, um espaço de embates ideológicos.

O ciberativismo é um termo recente e consiste na utilização da internet por grupos politicamente motivados que buscam difundir informações e reivindicações sem qualquer elemento intermediário com o objetivo de buscar apoio, debater e trocar informação, organizar e mobilizar indivíduos para ações, dentro e fora da rede. Com essas possibilidades, todos podem ser protagonistas de uma causa (MARTINS, 2014).⁵

Dessa forma, uma nova onda conservadora surgiu no Brasil a partir dessas manifestações iniciadas em 2013. O conservadorismo é a designação para a visão de mundo na qual existem ideias que regem a conduta dos indivíduos e dos grupos dos quais eles fazem parte socialmente. Também podemos observar o conservadorismo como um antagonismo ao progressismo, pois as ideias conservadoras postulam que há uma ordem natural no mundo, que o homem não é de todo livre e que é natural que os indivíduos sejam desiguais em suas capacidades, por exemplo (CHAIA, 2018). O progressismo, por outro lado, é “[...] uma corrente filosófica que advoga, genericamente, a necessidade de constantes mudanças na sociedade, tanto em termos políticos, quanto econômicos e sociais [...]” (AGUIAR, 2017 *apud* SALLES, 2017, p. 96).

Edmund Burke (1729-1797) foi o pioneiro em representar o pensamento conservador. Na conjuntura da Revolução Francesa (1789), Burke atuou ao lado da aristocracia e dos proprietários, protegendo-os da classe menos favorecida e revolucionária. Burke era

[...] irlandês, de religião protestante, foi um dos membros mais atuantes da Câmara dos Comuns e foi representante do pensamento conservador; criticou as ideias genéricas da Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem, como ideias que procuraram exportar para todas as sociedades. Burke assumiu as posições da aristocracia, dos proprietários, resguardando-os das classes (CHAIA, p. 17, 2018).

⁵ Veja mais em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Burke acreditava que os representantes do povo na política deveriam ser constituídos por homens sábios e virtuosos, de uma elite seleta, e somente pessoas assim poderiam descobrir os interesses e objetivos verdadeiros dos demais indivíduos e grupos da sociedade. “A política deveria ser restrita a um grupo de homens formados a partir de uma genuína elite [...]” (CHAIA, 2018, p. 18).

Levando em consideração as definições anteriores, é importante discorrer acerca da contemporaneidade brasileira. A contar do ano de 2013, iniciou-se uma polarização ideológica com relação a posicionamentos políticos e sociais. Apesar dos conceitos relacionados à díade Direita e Esquerda não serem tão efetivos para a compreensão da política na atualidade (MESSENERG, 2017), há de se ponderar que tal incompatibilidade que vem crescendo no país traz certos resquícios dessas duas posições políticas em contraste.

Messenger (2017) utiliza Norberto Bobbio (1955) para embasar sua análise do atual cenário brasileiro perante a instabilidade nas relações sociais, vista como confrontos ideológicos entre a direita e a esquerda, conservadorismo e progressismo, respectivamente. Para Bobbio (1955), tal antagonismo tem como principal expoente as redes sociais da *internet*. Vale ressaltar, no entanto, que de acordo com o autor, os conceitos de direita e esquerda não são fixos, movimentam-se no decorrer do tempo (SALLES, 2017).

Os termos Esquerda e Direita, em sua designação política, também surgiram na Revolução Francesa e representavam o lado do posicionamento físico em que os delegados políticos de grupos com ideologias antagônicas se sentavam em relação ao rei. Aqueles que se identificavam com a reforma social e com ideias igualitárias ficavam à esquerda no parlamento; os delegados representantes do conservadorismo e da aristocracia, à direita, conforme ressalta Silva (2014).

No plano político, conservadores e reacionários historicamente se mantiveram no campo ideológico da direita, resistindo a mudanças estruturais que levassem a perdas de poder econômico e político. Reformistas, socialistas e comunistas se colocaram em frentes comuns de defesa da democracia política e/ou do projeto civilizatório da modernidade [à esquerda] (SILVA, *et al*, 2014, p. 411, destaque nosso).

Ainda é necessário mencionar as contribuições propostas por Bobbio (1955) relacionadas a uma posição de centro no campo político, ou seja, uma espécie de divisor em relação aos extremismos, que podem ser provenientes tanto da esquerda quanto da direita. O autor refere-se à esquematização na qual se distinguem: extrema-direita, centro-direita, centro,

extrema-esquerda e centro-esquerda (SILVA *et al*, 2014), comumente existentes nos embates políticos.

No Brasil, a direita passou por certa reformulação por meio da atuação de alguns agrupamentos, dentre eles o Movimento Brasil Livre (MBL), surgido no ano de 2014 e “[...] impondo uma agenda neoliberal e conservadora à sociedade brasileira [...]” (SILVA, 2017, p. 2), sendo hoje denominada de Nova Direita⁶.

Percebe-se que esses acontecimentos de 2013 tiveram notável influência diante da história recente do Brasil, gerando algumas mudanças e insurgindo uma inquietação no país, iniciada por manifestações adversas ao aumento das passagens de transporte público e culminando em um descontentamento “generalizado”, devido às ações governamentais adotadas pelo então poder executivo federal. As manifestações questionavam, por exemplo, a capacidade de serem direcionados elevados recursos financeiros para a realização da Copa do mundo de futebol no Brasil (2014)⁷, com a construção de estádios milionários e infraestrutura de ponta voltados ao evento, em detrimento das melhorias relevantes e necessárias a toda a nação, como saúde, educação, segurança pública, emprego e distribuição de renda (LUZ, 2018). É preciso destacar que “[...] surgiram também manifestos favoráveis ao governo, e as ruas se dividiram em protestos que duraram até março de 2016 [...]” (LUZ, 2018, p. 22).

Ocorre que essas mobilizações sociais de protestos, contrárias ao governo, contribuíram para o afastamento da presidenta Dilma Rousseff do poder executivo, através do processo de *impeachment* finalizado em 2016⁸. Sem poder de articulação diante do Congresso, que emperrou quase todas as propostas da gestão federal (LUZ, 2018), Dilma foi deposta após julgamento pela Câmara e Senado das acusações que sofreu acerca das pedaladas fiscais, que “[...] se caracterizam pela prática da contratação ilegal de operação de créditos, conforme Lei 1079 de 1950, art. 11, ítem 3 [...]” (LUZ, 2018, p. 22). [*sic*] O congresso, que não permitiu o avanço das propostas do governo Dilma, se configurava da seguinte maneira:

⁶ O MBL possui ideais conservadores e de direita. Em entrevista, um de seus membros declarou: “acreditamos em uma agenda de país que trate da diminuição da máquina pública, defenda a política de privatizações, proponha a independência do Banco Central, reformas como a trabalhista, previdenciária, tributária; uma revisão do pacto federativo, entre outros”. Fonte: El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506459691_598049.html. Acesso em: dez. 2018. Além do MBL, surgiram, na mesma época, como nova direita, os movimentos Vem pra rua e Revoltados Online.

⁷ Entre 2014 e 2016, o Brasil teve os olhos do mundo voltados para si, devido ao fato de organizar e sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa de futebol masculino em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Os gastos decorridos com a Copa do Mundo, de 28 bilhões de reais, foram cruciais para as grandes mobilizações em 2013 e 2014, sendo, inclusive, fortemente reprimidos (ABRAMIDES, 2018).

⁸ Afastamento temporário em 12 de maio de 2016 e definitivo em 31 de agosto do mesmo ano.

[...] Câmara dos Deputados, em 2014, [com] de cerca de 250 deputados financiados por inúmeros setores empresariais voltados à defesa de interesses do grande Capital, nacional e internacional. Setores como agronegócio, segurança privada, medicina particular, negócios evangélicos, entre tantos outros, financiaram candidatos ostensivamente vinculados a esses interesses (FONSECA, 2018, p. 62, destaque nosso).

Por consequência disso, é grave a crise pela qual o Brasil tem passado nesses anos recentes, e essa situação crítica também se dá, de acordo com Segurado (2018), devido “[...] às medidas de ataques e de destruição de direitos e conquistas [...] [que] têm levado a um retrocesso brutal em relação aos direitos trabalhistas [...]” (SEGURADO, 2018, p. 180). Chaia (2018, p. 32) assinala que “[...] a democracia no país é instável, com características peculiares, e vai continuar a ser assim enquanto não mudar a cultura política da sociedade brasileira, marcada por uma visão antipolítica e antipartidária [...]”.

Destarte, nessa conjuntura, o coro pela “Intervenção Militar Já” ganhou forças nas redes sociais, instaurando tensas relações com a memória discursiva da recente Ditadura Militar brasileira. Por essa razão, faz-se necessário revisitar um pouco da história do militarismo ditatorial brasileiro.

1.2 A Ditadura Militar brasileira: breve histórico

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia*
Chico Buarque (1978)

Em 31 de março de 1964 foi consolidado um golpe de estado no Brasil, orquestrado por militares que eram contrários às políticas reformistas do então presidente João Goulart – conhecido popularmente como Jango – que tinha assumido o governo diante da renúncia de seu antecessor Jânio Quadros, conforme apontado por Cazarin e Menezes (2014).

Com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, uma crise política se abateu sobre o Brasil. No Rio Grande do Sul, o então governador do estado, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, realizou uma grande mobilização popular a fim de garantir a manutenção da ordem institucional que previa a posse do vice-presidente. No entanto, Jango estava na China e não pôde assumir o cargo tão logo Quadros se afastou do poder. Para bem da verdade, é importante dizer que a posse de Jango foi assegurada por um grupo de políticos, industriais e ruralistas do sul do Brasil, o que não foi suficiente para romper com a ideologia dominante. As cartas continuaram a ser dadas pelos militares, buscando implementar seu plano de governo (CAZARIM; MENEZES, 2014, p. 116).

O Governo Jango estava voltado às camadas populares da sociedade e visava consolidar uma política nacionalista para que se perpetuasse o desenvolvimento do país (CAZARIN; MENEZES, 2014). Houve, com esse golpe, uma ruptura do caráter populista dos governos, existente desde Getúlio Vargas (INDURSKY, 2013).

O golpe deu início à Ditadura Militar que perdurou por 21 anos, com uma série de atrocidades adotadas por aquele regime (INDURSKY, 2013). Segundo Indursky (2013), a justificativa utilizada para que a forma de representatividade de poder fosse substituída pelas Forças Armadas seria o pretexto de salvar o Brasil da corrupção daquela época, assim como da desordem, do desmando e do “comunismo”⁹.

De acordo com o discurso militar, as situações de corrupção e de desordem que antecederam ao momento do golpe e ao período ditatorial, posteriormente, eram provenientes da possibilidade da implementação de um sistema comunista no Brasil, considerando que as políticas defendidas por Jango, em defesa das classes mais populares do país, indicavam uma adesão ao comunismo, e isso era grave.

Historiadores demonstram que uma imposição do comunismo no Brasil não fazia parte dos ideais das esquerdas brasileiras daquele período. Sá Motta (2019) esclarece que o próprio presidente João Goulart não era comunista, tampouco o partido no qual ele era filiado (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), no entanto, o fato de ter os trabalhadores e as camadas mais pobres da sociedade como base eleitoral e de buscar aprovar reformas e se aproximar de movimentos sociais, despertou nos seus opositores políticos, financiados com capital estadunidense, esse pavor (SÁ MOTTA, 2019).

A fim de trazer mais clareza acerca desse período de governo, Brito (2018) também discorre sobre essa parte da história do Brasil. O apoio dado pela sociedade e pela imprensa ao golpe militar, e os empecilhos impostos, muitas vezes de forma violenta aos grupos que resistiam ao golpe, estão destacados pelo autor, a seguir:

[...] Em 02 de abril, a Marcha da família com Deus pela liberdade desfilou pelo centro do Rio de Janeiro. Dias depois, ocorreram passeatas com o mesmo teor em outras cidades. Junto a essas ações de rua, editoriais, reportagens e moções desqualificavam Goulart e seus apoiadores, denunciavam a “subversão” e demonstravam a ampla adesão à “Revolução”. Os aplausos na rua e na imprensa estiveram combinados com a escalada repressiva. Concomitante ao silenciamento de discursos e gestos de

⁹ Devido ao fato do presidente João Goulart ser reformista e anti-imperialista, as elites e os militares, auxiliados pelos EUA, incutiram na opinião pública que as reformas dele seriam base para a consolidação do sistema comunista no Brasil (SÁ MOTTA, 2019).

resistência à deposição de Goulart, algumas medidas visaram garantir a ordem pela violência (BRITO, 2018, p. 8).

A tomada de poder pelos militares, por muito tempo, foi denominada de *Revolução de 64*, com feriados e comemorações nas escolas e uma tentativa de legitimar esse período como algo benéfico ao país (COSTA CARDOSO, 2018). Destacamos que a mídia era censurada e, por isso, não se sabia sobre os casos de violência, de tortura e de desaparecimento que ocorriam. O discurso militar produziu efeitos-sentido de liberdade ao processo de ditadura.

Todavia, existe um “consenso entre os historiadores” (CAZARIN; MENEZES, 2014, p. 116), indicando a Ditadura Militar ocorrida no Brasil como um regime de governo autoritário e truculento. Os autores Souza e Dias (2018) apresentam, através desta síntese, um levantamento de informações históricas que melhor explica este período.

Após o golpe de 1964, que depôs o presidente João Belchior Marques Goulart, que assumiu após a renúncia do titular Jânio da Silva Quadros, foram 21 anos de ditadura, tendo à frente os comandantes militares e em seu entorno civis de variados segmentos sociais. Foram décadas de intervenções autoritárias no sistema educacional, cassações de direitos políticos e profissionais, perseguições, prisões ilegais, torturas e assassinatos de opositores, sob a alegação do anticomunismo (SOUZA; DIAS, 2018, p. 1).

Como já destacamos, a imprensa era auxiliar das elites nacionais e dos interesses estadunidenses e buscava induzir a opinião pública a crer que a tomada do poder pelos militares, vivenciada no país, fazia parte de um momento revolucionário e que, conseqüentemente, traria progresso ao Brasil e o livraria do comunismo. A seguir, podemos constatar esses fatos diante das assertivas dos autores Cazarim e Menezes (2014):

[...] a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, a Globo, a Record, o Jornal do Brasil e o Correio do Povo são só alguns exemplos de organizações midiáticas que operavam dentro de uma corrente ideológica, articulada com a imprensa norte-americana, a fim de moldar a opinião pública na defesa dos interesses da elite nacional e do capital estrangeiro. Palestras, filmes e peças teatrais foram algumas das técnicas de divulgação e propaganda utilizadas pelo complexo IPES/IBAD para estimular a sociedade a compartilhar da sua posição ideológica (CAZARIN; MENEZES, 2014, p. 115).

A História mostra que o período de governo efetuado por militares no Brasil foi uma ditadura e acarretou inúmeros prejuízos à sociedade, principalmente àquelas pessoas, famílias e grupos sociais que iam de encontro às atitudes tomadas pelas Forças Armadas atuantes no

país e, por isso, acabavam presas, torturadas ou mortas sob as mais terríveis formas de degradação que uma pessoa humana pode suportar.

Diante disso, ressaltamos, ainda, dentre as ações executadas durante o período militar, as prisões ilegais, as torturas, assassinatos de opositores do regime, além de cassação de direitos políticos, assim como interferências no sistema educacional, perseguições a determinadas profissões e a censura, seja à imprensa ou às artes. Colling (2018) enfatiza que:

O cotidiano era perpassado por atos institucionais, atos complementares, leis de segurança nacional e decretos-leis. Um regime autoritário, que tentava estabelecer uma ordem (a sua), entendendo como desordem qualquer manifestação de opinião contrária ao que impunha (COLLING, 2018, p. 5).

Sobre a cronologia dos fatos, acerca do período ditatorial no país e o seu declínio, é importante destacar que

A Ditadura Militar no Brasil é delimitada pelo período de 1964 a 1985. Em 1985, Tancredo Neves foi indicado à Presidência da República, mas com a sua morte, seu vice, José Sarney, assumiu a presidência para o mandato (1985 a 1989) que marcou a transição do período da ditadura para o período de redemocratização brasileira. Em 1986, ocorreram as eleições gerais nas quais membros do congresso nacional foram incumbidos de elaborar uma nova constituição. Assim, em 5 de outubro de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou uma nova constituição que determina a realização de eleições diretas para presidente da República. Em 1989, ocorreu a primeira eleição direta pós-ditadura que marcou política e juridicamente a retomada do regime democrático no Brasil (BRITO, 2016, p. 27-28).

A queda do regime militar não foi um acontecimento simples, o *Movimento Diretas Já*, por exemplo, levou muitos brasileiros às ruas para lutar pelo direito de escolher seus representantes através do voto, pois,

Com o Golpe Militar de 1964, ocorreu a proibição do voto direto para Presidente da República. Somente nas Eleições Presidenciais de 1989 os brasileiros voltaram a ter o direito de colocar o seu voto na urna elegendo, assim, um presidente (BRITO, 2016, p. 30).

No entanto, apesar de todas as lutas travadas por parte da sociedade que militava pelo fim da ditadura e pelo restabelecimento da democracia, vive-se, no Brasil atual, um momento semelhante aos antecedentes do golpe militar de 1964. Após todo esse processo de redemocratização do país, democracia essa estabelecida por mais de três décadas, retornam

novamente os indícios de semelhança com a fase anterior ao golpe de 1964; estudos comparativos mostram que essas semelhanças são muito pertinentes e até mesmo perturbadoras. Os autores Dias e Souza (2018) comparam, por exemplo, as narrativas da imprensa em relação ao Golpe de 1964 e o que os autores denominam de Golpe de 2016¹⁰.

Para Dias e Souza (2018), a grande maioria da imprensa brasileira perpetuou nos meios de comunicação, entre os anos de 2013 e 2016, um discurso alarmista no qual os avanços sociais decorrentes das políticas do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 2003 e 2014, dizia respeito ao “pior momento” da história do país, de um “governo comunista”, “o mais corrupto” etc. Segundo os mesmos autores, a imprensa fez o mesmo ao relatar as políticas de reforma do presidente João Goulart no início dos anos 1960, indicando a possibilidade de um regime comunista se instalar no governo, e que aquele momento se tratava da maior crise já vivenciada no país, acarretando, assim, no apoio civil ao golpe militar de 1964.

Assim, embora a conquista da democracia, como já mencionamos, tenha sido um processo árduo, após mais de 30 anos do fim da Ditadura Militar ocorrido em 1985, um anseio por uma nova interferência das Forças Armadas vem ganhando destaque, principalmente nas redes sociais da *internet*, através da circulação massiva do enunciado “Intervenção Militar Já” nos espaços digitais.

Aqui o enunciado é entendido não como frase gramatical e sim, de acordo com Courtine ([1981] 2009), como enunciado discursivo, uma vez que o enunciado apresenta uma existência material e está situado numa relação entre o intradiscorso – lugar da enunciação do sujeito e a atualização de uma memória através de uma formulação discursiva – e o interdiscorso, a memória longa, o conjunto dos já-ditos. No item 2.1.4 discutiremos melhor acerca desses conceitos.

Tendo em vista a relevância das mídias digitais nesse processo discursivo, discutiremos, a seguir, sobre o ciberespaço e as redes sociais, já que o discurso da “Intervenção Militar Já” funciona sob as condições de produção das mídias digitais.

¹⁰ Trata-se do processo de *impeachment* da presidenta do Brasil Dilma Rousseff, que em várias avaliações é referido como um golpe. Neste trabalho, também haverá, em algumas ocasiões, a utilização deste termo para se referir ao processo.

1.3 Considerações sobre o ciberespaço e as redes sociais

Posto, logo existo.
Martha Medeiros (2013)

No século passado, os avanços tecnológicos tiveram um grande salto, considerando as inovações proporcionadas, principalmente em relação à comunicação, e, com isso, o impacto perante as relações existentes na sociedade foi bastante amplo. Uma dessas tecnologias que está praticamente inserida no dia a dia de todo indivíduo, seja de forma passiva ou ativa, é a *internet*, contribuindo na rapidez da circulação de informações entre as pessoas, como bem assinala os autores a seguir:

Particularmente a *internet* faz-se presente em grande parte das transações da atualidade, tanto enquanto dispositivo disponível nos ambientes de trabalho, quanto nas atividades de âmbito pessoal, inclusive tornando esses aspectos da vida social cada vez mais próximos, de modo a tornar quase indiscernível a divisa entre eles (GALLO; SILVA; BOCCHESI, 2015, p. 8).

O advento da *internet* como nova mídia tem eficácia em praticamente todas as relações existentes, sejam elas de cunho pessoal, social, econômico ou político. Essa rede de informações criou espaços de comunicação digital que eliminaram distâncias geográficas, da mesma forma que também ampliaram as fronteiras de todos os indivíduos que estão inseridos nesses ambientes virtuais (GALLO; SILVA; BOCCHESI, 2015).

Ambientes virtuais são espaços de comunicação na *internet* que permitem aos usuários da rede múltiplas conexões e a facilidade de um novo meio de contato, sem a necessidade de encurtar fisicamente as distâncias entre os que se comunicam. Um dos maiores destaques desses ambientes é a velocidade da comunicação e da circulação de informações, pois “[...] o tempo depois do advento da *internet* é diferente do tempo anterior a ela: a notícia antes aguardada junto com a chegada do trem ou do navio agora é simultânea ao fato – a postagem é imediata [...]” (MITTMANN, 2009, p. 3).

No entanto, sob a ótica da Análise de Discurso, a *internet* é concebida como um novo espaço de funcionamentos discursivos na sociedade (CAVALCANTI, 2015, p. 1) e é necessário considerar as condições de produção e de circulação do discurso e seus possíveis efeitos, já que a *internet* é tomada como um objeto discursivo, pois “[...] o espaço virtual deixa de ser visto como simples suporte para a circulação de discursos e passa a ser

considerado como lugar de ação de diferentes forças [...] sobre os discursos que por ele perambulam [...]” (CAVALCANTI, 2015, p. 2).

Ainda tratando sobre esse novo espaço analítico para a AD, Dias (2016) aponta que o discurso digital afetou de maneira significativa o campo das discursividades, sejam as relações históricas, sociais e ideológicas, ao determinar a forma como os sujeitos e os sentidos são constituídos, uma vez que são considerados os processos de produção e os meios de circulação. Para a autora, “[...] essas mudanças têm efeitos, também, no campo específico das teorias. [...], chamamos esse efeito de efeito de arquivo, que diz respeito ao modo como o arquivo é compreendido em sua materialidade [...]” (DIAS, 2016, p. 9).

O espaço virtual é denominado de ciberespaço (LÉVY, [1996] 1999). Quando se trata de virtual, em muitas situações é possível pensar que o virtual não faz parte da realidade, mas alguns estudiosos consideram que o virtual também é real. Lévy ([1996] 1999) considera o virtual real, uma vez que ele existe, mesmo que de uma forma diferente, ou seja, não aparentemente, pois,

[...] no uso corrente, a palavra virtual é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência, a ‘realidade’ supondo uma efetuação material, uma presença tangível [...] o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes [...] o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação [...] o virtual constitui a entidade: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são parte essencial de sua determinação (LÉVY, [1996] 1999, p. 15-16).

Na perspectiva da AD, o espaço digital é lugar de embates e confrontos, de disputas de territorialidade e tensões ideológicas (CORTES, 2015b). Cortes (2015b) apresenta uma abordagem bastante interessante ao aprofundar as definições do espaço virtual, pois trata-o enquanto território, no sentido de espaço de disputas e de poder, que pode instaurar novas formas de (des)territorialização desse espaço. A autora ressalta que todo processo de territorialização é de caráter político e ideológico, a exemplo da luta pela apropriação do espaço virtual/digital. “O espaço, pensado como condições de produção, é um processo instável, com tensões e conflitos e funciona articuladamente à ideologia [...]” (CORTES, 2015a, p. 20).

Mittmann (2011) aborda que a mídia virtual é espaço de embates e de resistência relacionado com as lutas de classes que existem naturalmente no espaço empírico. Uma vez que as grandes instituições de mídia não abrem democraticamente seus espaços para as

minorias, estas, por sua vez, encontram uma alternativa de serem lembradas por aquelas, ou melhor, de se fazerem lembrar, através dos espaços virtuais, como aponta Mittmann (2011):

[...] De um lado mantém-se a forte saturação dos sentidos pré-determinados pela ideologia dominante – favorecida pela atuação da mídia hegemônica ligada a grandes corporações econômicas e políticas. De outro, percebe-se a forte atuação de cidadãos, coletivos e movimentos sociais por meios alternativos [...] Neste segundo caso, tem-se a abertura de espaços para o “inconcebível” em meio ao saturado, e então, novos preenchimentos. É claro, que como muitos destes sujeitos ocupam na sociedade lugares à margem do poder político e econômico, também os espaços que ocupam no ciberespaço são lugares à margem daqueles das grandes corporações. Mesmo assim, com a apropriação da tecnologia, ampliam tal ocupação do ciberespaço assinalando possibilidades de transformação social (MITTMANN, 2011, p. 119).

Nesse ambiente virtual estão as redes sociais, que são espaços de conexões entre as pessoas interligadas na *internet*, e que têm sido vitrines discursivas diante da facilidade de circulação das suas materialidades. No entanto, no quadro teórico da AD, todas as materialidades significantes que se inscrevem na rede virtual, como também a própria *internet*, são tomadas como objetos discursivos, afetados pela história e pela ideologia (SILVA SOBRINHO, 2011).

Desse modo, as mídias virtuais, mais especificamente as redes sociais, também funcionam como espaço e meio para o ciberativismo, que, como vimos na primeira seção, oportuniza um espaço de mobilização em defesa ou contra uma causa específica no ambiente virtual, ou seja, no ciberespaço. Segundo Cortes (2015a), o ciberespaço funciona como um lugar de disputas ideológicas, daí a noção de territorialidade digital, já que no espaço virtual da *internet* se travam as relações de poder e, assim, são “espaços de constituição e circulação de discursos” (CORTES, 2015a, p. 20); no ciberespaço, os indivíduos são conectados não somente às redes digitais, mas também às redes discursivas, sendo interpelados pelas distintas ideologias e ocupam posições-sujeito diversas nas tramas discursivas das mídias virtuais.

Considerando todas essas reflexões, vemos que as condições de produção dos discursos, que funcionam no espaço digital, têm as suas particularidades, como a rapidez de divulgação, a presença de diferentes grupos sociais nos ambientes virtuais e a diversidade de ideologias circulando nesses espaços, dando possibilidade para o funcionamento de inúmeros efeitos-sentido, como também de antagonismos em relação às posições-sujeito ocupadas pelos

internautas, que podem ou não se identificarem discursivamente com os sentidos produzidos no ciberespaço.

Assim, essas mídias têm mudado de forma significativa as relações humanas e sociais, principalmente no que diz respeito à comunicação mediada pelas novas tecnologias digitais. Em meio às tantas redes sociais existentes, podemos destacar as mais acessadas atualmente, *You Tube*, *Instagram*, *Twitter* e o *Facebook*, e esta última foi de onde coletamos o *corpus* da pesquisa que originou este trabalho. Criado em 2004, por Mark Zuckerberg, o *Facebook* é considerado uma das principais redes sociais da atualidade, tendo atingido o registro de mais de dois bilhões de usuários, portanto, “[...] é um veículo com formidável potencial de divulgação e de ação política [...]” (SALLES, 2017, p. 48).

É possível, para o inscrito no *Facebook*, publicar imagens, textos, vídeos e comentários curtos de sua autoria, assim como reagir a publicações ou comentários feitos por outros usuários através de botões interativos. “Inicialmente, nas publicações de itens no *Facebook*, havia apenas um botão com a opção de ‘curtir’ [...]” (BATISTA, 2019, p. 22), e somente a partir de 2016 esses outros botões, representados na Figura 1, começaram a fazer parte dessa rede social. “O *Facebook* permite também o **compartilhamento** de publicações, a exemplo de imagens, vídeos, textos e outras materialidades [...]” (BATISTA, 2019, p. 22, destaque nosso). Esse gesto de compartilhar faz com que o usuário repasse conteúdos postados por outras pessoas e, assim, vão se multiplicando as conexões e a circulação das materialidades e dos discursos ali inscritos.

Há, no *Facebook*, uma política de privacidade com disponibilidade de visualização dos conteúdos postados limitada pelos usuários, de acordo com suas opções pessoais. Um conteúdo pode ser visualizado por todos que utilizam a rede ao ser compartilhado de modo “público”; apenas para “amigos”, quando só os usuários que estão adicionados como tal à rede social daquele que compartilha podem ver; para “amigos exceto...”, sendo possível restringir o acesso de determinados usuários mesmo adicionados; “amigos específicos”, seleção de usuários; e “somente eu”, apenas quem publica tem acesso ao conteúdo através do *login* e senha da conta (BATISTA, 2019).

Figura 1 – Botões de reação do *Facebook*



Fonte: G1 (2018).¹¹

Nas relações de interatividade do *Facebook*, é possível, por exemplo, reagir a uma publicação ou comentário, apenas com o botão “Curtir”, que, de modo geral, identifica que o indivíduo internauta gostou da postagem ou de um comentário, indicando que o objeto publicado foi visualizado e o leitor está ciente do seu conteúdo.

Há também como reagir acionando o botão “Amei”, que equivale a concordar ou gostar muito daquela postagem. Quando a publicação é humorística ou engraçada, utiliza-se o botão “Haha”, que corresponde a uma gargalhada. Assim como existe também o botão de “Uau”, que equivale a se impressionar com o que foi publicado, ou se surpreender diante do conteúdo do comentário ou da publicação.













Quando o assunto da publicação ou comentário daquele que interagiu é de infelicidade ou consternação, por exemplo, aí é acionada a reação “Triste”. Para finalizar, lembramos que, da mesma maneira que se pode concordar com a publicação, acionando a reação “Amei”, é possível também discordar da postagem com o botão de “Grr”, que equivale à raiva. Quando essas novas formas de interatividade foram lançadas, esse último botão era popularmente conhecido como o “descurtir”.

Para a AD, essas ferramentas de interação funcionam discursivamente, pois são gestos de interpretação que produzem distintos efeitos-sentido e, por meio deles, diferentes posições-sujeito são assumidas pelos enunciadores presentes na *web* em geral e na rede social *Facebook*.

A movimentação de discursos e posicionamentos ideológicos pode acontecer de várias formas nas redes, seja por meio dos gestos de curtir, descurtir, comentar ou compartilhar, presentes em várias delas, mesmo que com outras nomenclaturas. Desse modo, a produção e circulação dos sentidos nas redes sociais se dá de forma acelerada e possibilita a multiplicação de postagens e efeitos-sentido em redes parafrásticas e polissêmicas.

Praticamente, todas as atuais redes sociais apresentam essas possibilidades de interatividade, que permitem distintas formas de identificação e de posicionamentos

¹¹ Fonte: G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/02/facebook-libera-cinco-novos-botoes-alternativos-ao-curtir.html> Acesso em: jul. 2018.

discursivos, mesmo que recebendo denominações diferentes em cada uma delas, como já destacamos. Enquanto no *Facebook* , gostar ou não de um conteúdo recebe o nome de “curtir”  ou “descurtir” ; no *You Tube* , usa-se a gíria “dar um joinha”  ao curtir um vídeo, e “negativar”  ao não gostar do seu conteúdo. Já no *Instagram*  e no *Twitter* , a maneira de demonstrar que gostou de um *post* é marcando um ícone de “coração”  , não há, nestas duas últimas, até então, a opção de marcar que não gostou do conteúdo, como tem no *Facebook* e no *You Tube*, por outro lado, todas elas também têm as opções de comentar as publicações e compartilhá-las para divulgar para mais pessoas. No *Twitter*, por exemplo, o compartilhamento se chama “retuitar”  e no *Instagram*, se compartilha  diretamente para alguma pessoa específica, ou por meio das histórias públicas para os seguidores pessoais, nessa última opção, só fica visível por no máximo 24 horas.

No *Facebook*, é possível encontrar inúmeras materialidades, seja a imagética, como fotos publicadas ou compartilhadas, *banners*, vídeos, *memes*¹², além de outras materialidades linguísticas, a exemplos de inúmeros textos, legendas de imagens, comentários dos internautas, permitidos na maior parte dos perfis e páginas dessa rede, considerando sua política de privacidade, da qual já tratamos há pouco.

Dessa forma, na perspectiva teórica da AD, a *internet* é considerada como um amplo campo de arquivos digitais, materialidades discursivas que funcionam sob condições de produção diferenciadas, que, como já mencionado aqui, têm as suas características peculiares, tais como a velocidade de divulgação, a possibilidade de acesso para diferentes grupos sociais, a presença de embates ideológicos, enfim, os atravessamentos discursivos e as disputas de territorialidade virtual, uma trama discursiva de sentidos, de sujeitos e de memórias.

Em especial, interessa-nos os embates discursivos digitais e as relações de poder que funcionam na apropriação desse espaço virtual da *internet*, pois, como discutimos na seção anterior, alguns fatos políticos e sociais recentes mostram que o poder midiático pode ser determinante para os rumos da nossa história.

Assim, como veremos nas análises, os espaços da *internet* foram os mais utilizados para as mobilizações da nova direita, que culminaram em toda a crise iniciada no ano 2013¹³, fato que comprova a grande relevância do espaço virtual e das mídias digitais nos debates,

¹² “Os memes, em sentido amplo, podem ser concebidos como conteúdos humorísticos da cibercultura que rapidamente se propagam nas redes” (BATISTA, 2019, p. 7).

¹³ Vide seção anterior (1.2).

determinando sentidos e posicionamentos ideológicos. Trata-se, portanto, de uma disputa territorial de poder, de sentidos, conforme assinala Cortes (2015a).

A seguir, apresentaremos o percurso metodológico adotado para construção deste trabalho.

1.4 Questões de pesquisa, hipóteses e objetivos

[...] muitas das vezes o que dizemos ser o problema, na verdade é a solução [...]

Gustavo Dias

A partir das considerações apresentadas, no intuito de compreender o funcionamento discursivo das tramas do enunciado “Intervenção Militar Já”, esta pesquisa apresenta a seguinte questão central: **Como funciona discursivamente o enunciado “Intervenção Militar Já”, materializado nas redes midiáticas digitais, ao considerar as relações com a memória discursiva da Ditadura Militar brasileira de 1964?** Ainda contamos com as seguintes questões auxiliares para direcionar o nosso estudo: **Como se dá o funcionamento das projeções imaginárias dos sujeitos e dos lugares nessa trama discursiva? Como funciona a movimentação dos sujeitos e dos sentidos nos gestos de leitura dos comentários digitais acerca das postagens do enunciado “Intervenção Militar Já”? Que efeitos discursivos foram produzidos pelo enunciado “Intervenção Militar Já” no processo eleitoral brasileiro do ano de 2018?**

Com base nos pressupostos teóricos adotados para o estudo, nossa **principal hipótese** é a de que a repetibilidade do enunciado “Intervenção Militar Já” nas mídias digitais, ao estabelecer relação com a memória discursiva da Ditadura Militar, mobiliza pré-construídos e sentidos do já-dito e, assim, institui efeitos de memória e distintos efeitos-sentido, instaurando tanto a estabilização parafrástica quanto a “desregulação” dos sentidos. Nossa **segunda hipótese** é a de que o enunciado “Intervenção Militar Já” funcionou com efeitos discursivos de militância digital em prol das eleições de 2018, favorecendo, especialmente, a eleição do atual presidente da República do Brasil.

Nosso **objetivo geral** é analisar o funcionamento discursivo do enunciado “Intervenção Militar Já”, inscrito nas mídias digitais, considerando as relações de memória e as relações metafóricas com formulações da Ditadura Militar brasileira de 1964. **Especificamente, objetivamos:** *i)* analisar as relações de forças e de sentidos que funcionam nas condições de produção do enunciado “Intervenção Militar Já”; *ii)* analisar o

funcionamento das projeções imaginárias dos sujeitos e dos lugares nesse processo discursivo; *iii*) analisar a movimentação dos sujeitos e dos sentidos instituídos nos gestos de leituras dos comentários digitais das postagens com o enunciado “Intervenção Militar Já”.

A seguir, apresentaremos o percurso metodológico adotado para construção deste trabalho.

1.5 Dispositivos teórico-metodológicos

1.5.1 Considerações sobre a Análise de Discurso

Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro.

Eni Orlandi (2006)

A Análise de Discurso (AD) foi desenvolvida em final dos anos 1960 na França, pelo filósofo Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983), que propõe o discurso como objeto próprio de estudo da AD, e o define como efeito de sentidos entre os interlocutores. Pêcheux buscou, através dessa nova disciplina, estudar a relação da linguagem com a exterioridade. No processo da produção de sentidos, o que interessa para a AD de filiação pecheuxtiana são as posições-sujeito ocupadas pelos interlocutores, pois o sentido não está em um ou outro e sim na relação estabelecida entre eles (GRIGOLETTO, 2010).

Desse modo, na perspectiva teórica do discurso, não há sentidos previamente estabelecidos, visto que são constituídos ideologicamente e determinados historicamente.

O discurso se materializa na língua, e esta é a materialidade da ideologia. Segundo Orlandi (1994, p. 53), o discurso “[...] se apresenta como lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia [...]”. A relação que se estabelece entre a língua e uma ideologia vai determinar o sujeito e o sentido do discurso, sendo que estes se constituem mutuamente.

Conforme Pêcheux ([1975] 1995, p. 134), “[...] a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos [...]”, ocultando sua existência evidente como sujeito. Em Análise de Discurso, a ideologia é o efeito da relação entre o sujeito com a língua e com a história, para que o discurso signifique (ORLANDI, 1996). O autor ainda complementa que “[...] a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência [...]” (ORLANDI, 1994, p. 56). Conforme discorre Leandro Ferreira (2003):

[...] ideologia não é um conjunto de representações nem a ocultação da realidade, nem tampouco um “defeito” dos que não têm consciência. Discursivamente, a ideologia, como prática significativa, aparece como efeito da relação necessária da língua com a história, no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 191).

Diante disso, percebemos que a ideologia trabalha para que funcionem os efeitos de evidência e da ilusão da transparência da linguagem. A ideologia também funciona no jogo das relações da língua e da história, pois “[...] traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique [...]” (ORLANDI, 1996, p. 28); e produz o efeito de que o sujeito é origem do discurso.

Sem a história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. A história na AD não é vista como cronologia, mas o que interessa na AD é a historicidade:

A noção derivada de história e que está mais próxima da Análise do Discurso é a de *historicidade* que tem a ver precisamente com a inscrição da história na língua. Nessa perspectiva a exterioridade não tem a objetividade empírica daquilo que está “fora da linguagem”, pois constitui-se no próprio trabalho dos sentidos atuando em determinados textos, enquanto discursos (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 191).

Assim, conforme Orlandi (1996), a ordem da língua é própria, o sujeito é dividido e interpelado pelo inconsciente e pela ideologia, e os sentidos não estão na literalidade do significante, mas são determinados historicamente e afetados pela memória.

Segundo Orlandi (2003), ao instituir a Análise de Discurso, Pêcheux busca entender a língua, fazendo sentido constitutivo do homem e da sua história, a AD “[...] concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social [...]” (ORLANDI, 2003, p. 15). Pêcheux “[...] concebe o discurso como um lugar particular que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, busca explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação [...]” (ORLANDI, 2005, p. 10).

A língua, no quadro teórico da AD, é constitutiva de falhas e de equívocos, uma vez que o sentido sempre escapa. De acordo com Pêcheux (1999), a língua aparecerá no discurso, dividida em dois espaços, que seriam o da manipulação de significações que já estão estabilizadas e o espaço das transformações do sentido, que poderá escapar a qualquer norma que já esteja estabelecida anteriormente, nas palavras do autor “[...] de um trabalho do sentido

sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações” (PÊCHEUX, [1983] 1999 p. 51).

Pêcheux e Gadet ([1981] 2004, p. 64) presumem que o equívoco aparece precisamente “[...] como ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história [...]”, portanto, o equívoco é próprio e constitutivo da língua.

A AD se propõe a refletir a linguagem não através das suas evidências, mas, sim, analisando os entremeios (ORLANDI, 1990) e buscando discutir seus pressupostos teóricos de forma continuada. Vejamos:

[...] M. Pêcheux avança pelos entremeios, não deixando de levar em conta a presença forte da reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história mesmo percorrendo agora esse espaço pelas “múltiplas urgências do cotidiano”, interrogando essa necessidade de um mundo “semanticamente normal” do sujeito pragmático. Região de equívoco e em que se ligam materialmente inconsciente e a ideologia (ORLANDI, 1990, p. 9).

Entremeios são espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias (ORLANDI, 2002). Segundo Leandro Ferreira (2003), apesar de utilizar simultaneamente noções advindas de outras correntes epistemológicas – a exemplo dos conceitos de língua, ideologia e história – tais noções na AD são ressignificadas. Ainda de acordo com a autora, os conceitos que são utilizados na Análise de Discurso, mesmo que sejam advindos de outras regiões de origem específica, são incorporados à teoria discursiva e têm então um “território próprio”, por isso, Leandro Ferreira ressalta que o analista deve ter cuidado ao empregar tais noções, que já são cunhadas em outras áreas, a exemplo de língua, ideologia e história, “[...] definindo-as de modo compatível ao novo quadro teórico em questão” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 190), ou seja o quadro teórico da Análise de Discurso.

Desse modo, a AD trabalha nos entremeios e apresenta sua própria metodologia e seu próprio objeto, que é o discurso, cuja análise busca “[...] ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente [...]” (ORLANDI, 2002, p. 22).

Posteriormente, no segundo capítulo desta dissertação, discorreremos sobre as noções teóricas mais específicas mobilizadas para as análises do nosso *corpus* discursivo.

1.5.2 O delineamento da pesquisa

La investigación científica es [...] más rigurosa y cuidadosamente realizada.

Sampieri, Collado e Lucio (1998)

De acordo com os autores Sampieri, Collado e Lucio (1998), há duas modalidades para se realizar uma pesquisa científica, a saber, a experimental e a não experimental, sendo que, na primeira, pode haver manipulações de variáveis, enquanto, na investigação não experimental, esse método de manipulação de variáveis acontece de maneira diferenciada.

A pesquisa não experimental pode ser transversal ou longitudinal (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 1998), diferença que se dá pela forma de coletar os dados. Na transversal, a análise consiste em verificar qual é o nível ou estado de uma ou de diversas variáveis em um dado momento; ou qual a relação entre um conjunto de variáveis em um ponto no tempo. Já a longitudinal estuda como evoluem ou mudam uma ou mais variáveis, ou as suas relações.

Nossa pesquisa se enquadra no delineamento não experimental, com coleta de dados transversal, apesar de haver certa mobilidade no processo de coleta, tendo em vista as especificidades teóricas da AD, segundo a qual a delimitação do *corpus* não é linear e se constitui por critérios teóricos e não empíricos, assim, os recortes teóricos determinam o *corpus* e a análise (ORLANDI, 2003). A abordagem é qualitativa, de natureza exploratória e explicativa.

As variáveis adotadas consistem nos recortes teóricos da AD os quais mobilizamos para as análises das materialidades que formam o *corpus*, a saber: *acontecimento; interdiscurso e memória discursiva; formações imaginárias; posição-sujeito; metáfora discursiva, paráfrase e polissemia*, além da noção de *silenciamento*; ademais, também nos esteamos nas contribuições da história e dos aportes teóricos do discurso digital.

1.5.3 Dos arquivos digitais à constituição do corpus discursivo

Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática

Patrick Charaudeau (2011)

Primeiramente, cabe destacar a importância da noção de arquivo no campo teórico da AD, pois é do arquivo que se extrai o *corpus* de sequências discursivas (SDs) para se pesquisar com base nessa disciplina.

Compreende-se a AD como uma disciplina de interpretação e que se volta para a leitura do arquivo, noção que, assim como muitos dos conceitos em AD, toma um significado próprio, qual seja, “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão [...]” (PÊCHEUX, 2010, p. 51); logo, o arquivo não é um conjunto de dados “guardados”, mas sim, através da leitura, se torna um “revelador de interesses históricos, políticos e sociais” (SARGENTINI, 2014, p. 25). No artigo *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux (1994) nos mostra que essa leitura dos arquivos é determinada por condições materiais relacionadas à história e à ideologia.

O *corpus* discursivo é definido como um “[...] conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo [...]” (DIAS, 2015, p. 972). Courtine ([1981] 2009) compreende a noção de *corpus* como um conjunto de sequências discursivas estruturadas a partir da relação com as condições de produção do discurso. De acordo com Mittmann (2005), o *corpus* em AD não se fecha ao delimitar-se, “[...] mas é construído pelo gesto do analista de ler, relacionar, recortar e, novamente, relacionar [...]” (MITTMANN, 2005, p. 1).

O percurso metodológico da Análise de Discurso não se dá de maneira linear, ou seja, pode ir e vir, e exige que o próprio pesquisador construa seu arquivo de análise, assim, acontece que uma mesma materialidade pode ser analisada por diferentes noções teóricas (ORLANDI, 2003).

Diante da concepção de arquivo na AD, podemos conceber a *internet* como um grande arquivo de materialidades digitais. Dias (2016) embasa-se em Pêcheux (2008), ao tratar da descrição e interpretação na prática do analista de discurso, quando declara que “[...] considerar o arquivo em sua materialidade implica encontrar na prática de análise de discurso o momento da interpretação, em relação ao da descrição, num batimento entre um e outro [...]” (DIAS, 2016, p. 10).

Ainda tratando da constituição do *corpus* no espaço digital, Dias (2015) ressalta que se deve atentar para as seguintes características: *i*) temporalidade, já que no digital o arquivo se atualiza pelo acesso e pela circulação; *ii*) instabilidade, dado que neste espaço virtual pode acontecer a indisponibilidade de um arquivo, como vídeos, *sites* etc., quando desaparecem da *internet*, e isso trata-se de uma característica digital própria; *iii*) dimensão e heterogeneidade, que dizem respeito à abundância de materialidades nesse espaço; *iv*) de autoria, pois muitas vezes não há formas de verificar de quem é o conteúdo presente no espaço digital; e, por fim, *v*) leitura dispersiva, já que é necessário haver um ritmo no trabalho de leitura. A autora conclui que “[...] é preciso construir dispositivos de arquivos específicos atentando para as condições de produção do digital e, a partir desses dispositivos, reunir o corpus [...]” (DIAS, 2015, p. 976). Para esta pesquisa, o arquivo está no espaço digital, de onde coletamos – especificamente na rede social *Facebook* – o *corpus* de sequências discursivas para esta investigação.

Para tanto, como primeiro critério de constituição do *corpus* deste trabalho, foram consideradas as materialidades com a inscrição do enunciado “Intervenção Militar Já” publicadas no período de 2014 a 2018, levando-se em conta a seguinte conjuntura histórico-social, constituída de três momentos, a partir dos quais foram estabelecidos três recortes de sequências discursivas (SDs), quais sejam: *a*) **Recorte I** (SDs 1 a 11) – A reeleição da presidenta Dilma Rousseff, ano de 2014 até 31 de agosto de 2016, quando foi oficialmente instaurado o *impeachment*; *b*) **Recorte II** (SDs 12 a 19) – Assunção de Michel Temer ao cargo de Presidência da República (01/09/2016 a 31/12/2017); *c*) **Recorte III** (SDs 20 a 36) – Campanha eleitoral e eleições no ano de 2018, que geraram muitos embates midiáticos, culminando com a eleição do então Deputado Jair Messias Bolsonaro (PSL) para o cargo de Presidente da República.

Seguindo esse primeiro critério geral, a partir da regularidade discursiva observada, consideramos, ainda, outros fundamentos, a saber: *d*) postagens digitais pró “Intervenção Militar Já”; *e*) postagens digitais em divergência à “Intervenção Militar Já”; e *f*) comentários dos leitores internautas acerca das postagens com o enunciado “Intervenção Militar Já”.

Quanto à noção de regularidade discursiva, esta se instaura pela repetibilidade das formulações discursivas. Segundo Fernandes e Vinhas (2019, p. 142), “[...] a regularidade do processo discursivo é compreendida a partir das condições de produção que configuram o conjunto de SDs do corpus a ser analisado [...]”. E ainda, segundo as autoras, a regularidade diz respeito à “[...] relatividade da estrutura como sendo mais ou menos estável [...]”. A regularidade, dessa forma, pode seguir certa direção por “[...] determinações ideológicas, mas

que podem se transformar, mudar de orientação conforme o interdiscurso [...]” (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 142-143). Ou seja, a regularidade no discurso é um processo móvel e dinâmico, como o próprio discurso.

É necessário destacar que as postagens referentes ao enunciado “Intervenção Militar Já” se iniciaram assim que houve a reeleição de Dilma Rousseff no ano de 2014, mais precisamente uma semana após o segundo turno, com a primeira grande manifestação em São Paulo-SP contra seu governo, neste protesto já se iniciaram pedidos por seu *impeachment*.

O pedido de *impeachment* vindo dos manifestantes que tomavam as ruas foi acompanhado de pedidos por interferência dos militares no Governo Federal; esses protestos ocorreram de novembro de 2014 e durante todo o ano de 2015 até o desfecho provisório do *impeachment* em maio de 2016. Lembramos que a presidenta Dilma Rousseff foi afastada do cargo provisoriamente em maio de 2016, enquanto a votação pelo seu *impeachment* seguia para o Senado, sendo este definido em agosto do mesmo ano (LUZ, 2018).

Dessa maneira, nosso primeiro recorte é composto por materialidades publicadas nesse período, compreendido entre novembro de 2014 a agosto de 2016. Ao término do processo, o vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu definitivamente o cargo no lugar da ex-presidenta Dilma, sendo seu governo oficial ocorrido de setembro de 2016 até dezembro de 2018¹⁴. Assim, consideramos parte do governo oficial de Michel Temer como critério para a construção do nosso segundo recorte de sequências discursivas (SDs), e realizamos a coleta das materialidades no *Facebook* entre setembro de 2016 a dezembro de 2018.

Finalmente, o nosso terceiro e último recorte de SDs foi construído, tendo em vista as especificidades do ano de 2018, por ter sido um ano de campanha eleitoral, e que motivou muitos embates nas redes sociais com uma intensa repetibilidade de postagens do enunciado “Intervenção Militar Já”, em grandes proporções, sejam elas pró ou contra tal intervenção. O fato do então candidato à presidência da república Jair Bolsonaro ser militar da reserva¹⁵ e ter escolhido outro militar para vice, o General Hamilton Mourão, também fortaleceu esses embates.

¹⁴ O fato de Michel Temer ter estado presidente desde maio não configura governo oficial, uma vez que ele estava interinamente no cargo e, dependendo do desfecho da votação do *impeachment* no Senado, ele poderia não assumir a presidência.

¹⁵ Militar da reserva é o que, tendo prestado serviço na ativa, passa à situação de inatividade permanente, remunerada ou não. Fonte: Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9698impressao.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

1.6 Organização estrutural dos capítulos e seções

Com organização e tempo, acha-se o segredo de fazer tudo e bem feito.

Pitágoras 585 - 495 a. C.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro constituído pelos **1 Gestos Iniciais**, no qual discorremos acerca do objeto de investigação e abordamos o processo teórico-metodológico mobilizado para a pesquisa, estando subdividido em seis (6) tópicos e três (3) subtópicos, a saber: **1.1 O funcionamento do discurso “Intervenção Militar Já” nas ondas do ciberativismo digital**, neste item apresentamos um recorte dos acontecimentos recentes no Brasil que retomam a memória do discurso de intervenção militar; em seguida, no item **1.2 A Ditadura Militar brasileira: breve histórico**, apresentamos um retrospecto historiográfico do período de regime militar vivido no Brasil entre as décadas de 60 e 80 do século XX; no item **1.3 Considerações sobre o ciberespaço, o discurso digital e as redes sociais**, discorremos separadamente sobre essa temática, dada a relevância para este trabalho e para o projeto temático do qual ele faz parte; em **1.4 Questão da pesquisa, hipóteses e objetivos**, trazemos o que está relatado no título; no item **1.5 Dispositivos teórico-metodológicos**, fazemos as considerações sobre a Análise de Discurso (**1.5.1**) e apresentamos o delineamento da pesquisa e como foi constituído o *corpus* discursivo (**1.5.2** e **1.5.3**, respectivamente); por fim há o item **1.6 Organização estrutural dos capítulos e seções**, onde discorremos sobre a organização da dissertação.

O segundo capítulo, item **2 Gestos Analíticos – Parte I**, é constituído pelas nossas análises, antecedidas por algumas considerações sobre a Análise de Discurso e as noções teóricas mobilizadas. Assim, temos os subtópicos: **2.1 Noções teóricas mobilizadas para a análise; 2.1.1 Condições de produção; 2.1.2 A Subjetividade na Análise do Discurso: o sujeito como uma posição entre outras; 2.1.3 Projeções imaginárias; 2.1.4 Interdiscurso e Memória; 2.1.5 Metáfora discursiva, Paráfrase e Polissemia; e 2.1.6 Silenciamento**; para fechar o segundo capítulo temos o início do processo de análise com o item **2.3 “Intervenção Militar Já”: o retorno da ditadura ou o controle do caos?**

Iniciamos o terceiro capítulo com o item **3 Gestos Analíticos – Parte II**, subdividido nos itens **3.1 Considerações sobre o ano de 2018 e as eleições presidenciais; e 3.2 O discurso da Intervenção Militar e os efeitos de militância digital nas eleições de 2018.**

Finalmente, o quarto e último capítulo, composto pelas considerações finais: item **4 Gestos Conclusivos**, seguido pelas **Referências** e os **Anexos**.

A seguir, iniciaremos o segundo capítulo com as discussões teóricas das principais noções da Análise de Discurso, que mobilizamos nas nossas análises discursivas, descritas já na seção subsequente.

2 GESTOS ANALÍTICOS – PARTE I

2.1 Noções teóricas mobilizadas para a análise

*Ver é estar distante.
Ver claro é parar.
Analisar é ser estrangeiro.
Fernando Pessoa (1982)*

Conforme salientado nos gestos iniciais, este trabalho tem por base os pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) de filiação pecheuxtiana. Como já apresentamos anteriormente os pressupostos gerais da teoria¹⁶, faremos aqui uma breve discussão acerca dos conceitos mobilizados para as análises.

2.1.1 Condições de produção

Em Análise de Discurso, as condições de produção, doravante CP, segundo Pêcheux (1969), caracterizam um processo discursivo, considerando os discursos anteriores a este dado processo, ou seja, insere o estudo do discurso no campo das instituições, marcadas pelo histórico e social. Dessa forma, é necessário situar o discurso em relação ao conjunto de discursos possíveis.

A noção de CP tem um lugar privilegiado nas discussões sobre a disciplina de AD, pois são tais discussões que compreendem o sujeito e o funcionamento discursivo (ORLANDI, 2003). Orlandi (2003) também esclarece que as condições de produção podem ser entendidas tanto em seu sentido estrito, qual seja, o momento exato de uma enunciação, quanto em seu sentido amplo, em que se considera toda a historicidade que envolve a produção de um dado discurso. A autora discorre ainda que a memória discursiva¹⁷ também é parte significativa das CP de um discurso.

Devemos nos atentar também à noção de lugar social que, de acordo com Pêcheux (2011), também integra as condições de produção de um discurso, já que o lugar ocupado pelos sujeitos pode afetar o funcionamento dos efeitos-sentido, pois as CP são “[...] propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a

¹⁶ Vide item 1.5.1 – Considerações sobre a Análise de discurso.

¹⁷ No item 2.1.4 discorreremos com mais precisão acerca da noção de memória discursiva.

quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso [...]” (PÊCHEUX, 2011, p. 214).

Lugar social se relaciona estreitamente às formações socioeconômicas nas quais se inscrevem os sujeitos, considerando o modo de produção dominante, neste contexto, o capitalista. Segundo Pêcheux (2011), esse sistema de produção reparte os agentes humanos em um número de lugares considerando, por exemplo, a força de trabalho desses indivíduos, “[...], ou seja, esses lugares ocupados pelos sujeitos na conjuntura social são determinados pelas conjunturas ideológicas da forma-sujeito capitalista [...]” (CORTES, 2015a, p. 77).

Segundo Orlandi (2003), as condições de produção funcionam de acordo com alguns fatores, dentre as quais, a autora menciona relações de sentido. Isso significa que “[...] um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros [...]” (ORLANDI, 2003, p. 39). Orlandi explica essa particularidade da AD, mostrando que o discurso é um processo contínuo, que todo dizer tem relação com outros dizeres, e esses podem ter sido já ditos, serem imaginados, ou serem possíveis.

Orlandi ainda aborda acerca da noção de relações de força, pois, de acordo com ela, o lugar de onde um sujeito fala é constitutivo do que ele diz, “[...] se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno [...]” (ORLANDI, 2003, p. 39). Com isso, a autora demonstra que as relações existentes na sociedade são hierarquizadas e funcionam de acordo com relações de poder, em que, por exemplo, a fala de um professor será mais valorizada que a de um aluno.

2.1.2 A Subjetividade na Análise de Discurso: o sujeito como uma posição entre outras

A Subjetividade é um conceito presente em diversos campos de estudo, no entanto, há uma complexidade em defini-lo, ou delimitá-lo, uma vez que isso só é possível considerando qual é a teoria que o emprega. Aqui, o sujeito é definido do ponto de vista da AD pecheuxtiana, segundo a qual a subjetividade é não-subjetiva, pois o sujeito não é o dono do seu dizer, mas é construído ideologicamente.

De acordo com Pêcheux ([1975] 1995), a concepção de sujeito está imbricada com a de sentido, ressaltando que ambos são constituídos mutuamente. Nessa perspectiva, o indivíduo, para se constituir em sujeito discursivo, é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, produzindo a ilusão do dizer e de uma suposta autonomia da subjetividade. Diferentemente do sujeito da psicologia, por exemplo, o sujeito discursivo não tem intenções,

ele é concebido como posições entre outras, ou seja, ele ocupa um determinado lugar para ser sujeito daquilo que diz (Orlandi, 1996).

Desse modo, o sujeito é concebido, discursivamente, como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz. O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Correlatamente, a linguagem também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível, quando se trata da significação (ORLANDI, 1996, p. 28).

Todavia, na perspectiva da AD, não se considera os lugares e sujeitos empíricos, mas as projeções imaginárias desses lugares. Nesse sentido, discorreremos a seguir sobre essa noção.

2.1.3 Projeções imaginárias

Como discorre Pêcheux ([1969] 1997), o discurso funciona sob projeções imaginárias dos lugares e dos sujeitos, as quais estão vinculadas às condições de produção. A Análise de Discurso é fundamentada na relação que existe entre sujeito e sentido, e, para haver sujeito, é preciso que o indivíduo seja interpelado ideologicamente para constituir-se em sujeito discursivo.

Na AD, a noção de lugar social é ressignificada, pois não se trata mais dos traços sociológicos empíricos, mas sim das formações imaginárias que se constituem nas relações sociais que funcionam no discurso, a imagem que se faz de algo, de alguém... (ORLANDI, 1994).

Pêcheux ([1969] 1997, p. 82) propõe que as formações ou projeções imaginárias, também denominadas de mecanismo imaginário, “[...] designam o lugar que [os interlocutores] se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro [...]”. Não há uma relação direta entre o mundo e a linguagem, mas tudo funciona como se houvesse devido ao imaginário, ele é capaz de determinar transformações nas relações sociais, e constituir práticas, pois, em AD, o que funciona são as representações imaginárias dos sujeitos e dos lugares que eles ocupam.

Orlandi (2003), ao tratar do mecanismo imaginário, discorre sobre o processo de antecipação, no qual o sujeito se torna capaz de se colocar no lugar do seu interlocutor e, assim, a depender dos efeitos que as suas palavras produzirão, ele dirá de um modo ou de

outro. Logo, entende-se que não são os lugares físicos ou sociais que são importantes para o discurso, mas sim o imaginário, que é resultado das projeções que são feitas desses lugares. Não são os sujeitos nem os lugares que importam, mas sim as imagens projetadas no discurso.

Desse modo, segundo Orlandi (2003), é possível que haja a passagem das situações empíricas para as posições-sujeito num processo discursivo, diante dos lugares sociais que os sujeitos físicos possuem ao se tornarem sujeitos discursivos. As imagens projetadas desses lugares definirão as posições que serão ocupadas por eles no discurso.

Portanto, sem sujeito não há discurso, como salienta Orlandi (2003), no entanto, não é o sujeito o ponto de partida do discurso, o que já demonstra que não se trata de um sujeito consciente, ou seja, ele não controla o que diz, apenas retoma sentidos preexistentes, pois “[...] o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendemos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p.170). O sujeito não é o empírico, o pragmático ou psicológico, mas quando se dá a interpelação do indivíduo pela ideologia e pelo inconsciente, é que se constitui o sujeito discursivo. Segundo Leandro Ferreira (2003):

Na Análise do Discurso, mais do que o sujeito, interessam as posições sujeito, uma vez que o sujeito é pensado discursivamente como uma posição entre outras. Não há, portanto, uma forma de subjetividade, mas um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 192).

A ilusão da evidência do sujeito e seu “apagamento” funcionam por meio do que Pêcheux denominou de “esquecimentos”, os quais são específicos aos discursos. O sujeito discursivo é constituído de dois esquecimentos, segundo Pêcheux, o esquecimento número 1 – segundo o qual o enunciador não tem como ser a fonte de seu dizer, apesar de precisar dessa ilusão para enunciar; e o esquecimento número 2, aquele que promove a ilusão de que o sujeito consegue escolher as palavras mais adequadas para se expressar e controlar os sentidos (PÊCHEUX, [1975] 1995).

Os sentidos, para a teoria discursiva, se encontram intimamente ligados ao conceito de sujeito, numa relação que se dá com a história, com a exterioridade da língua. A interpretação tem a função de realizar a relação do sujeito com a língua na produção dos sentidos.

[...] A Análise do Discurso vai deter-se precisamente no processo de produção dos sentidos, através de procedimentos que desvendem a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Esta

determinação histórica tanto do sentido, quanto do sujeito faz com que eles não sejam entendidos como naturais, transparentes, mas sejam pensados em sua contradição e espessura (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 193).

O sentido nunca se apresentará como já produzido, ele não é individual e está ligado a uma rede de memórias e à historicidade (LEANDRO FERREIRA, 2003). Orlandi (1994, p. 56) salienta que a AD “[...] considera que o sentido não está já fixado a *priori*, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido [...]”. E Pêcheux ([1975] 1995) define essa particularidade da concepção de sentido na AD da seguinte forma:

[...] o sentido não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 160).

Sendo assim, o sujeito é constituído como uma posição-sujeito, entre outras, pois se refere a uma posição de sentido no discurso. Conforme Pêcheux (2011), o sujeito na AD é constituído diante de conjunturas histórico-sociais e, assim, o sujeito tanto determina quanto sofre determinações históricas.

2.1.4 Interdiscurso e Memória

O Interdiscurso é definido como a memória longa, ou seja, todo o conjunto dos já-ditos, sobre um determinado saber que está presente na história (COURTINE, [1981] 2009). É necessário destacar dois elementos do interdiscurso, o pré-construído e o discurso transversal.

Compreender a noção de pré-construído faz com que fique mais simples perceber como se dá o entrelaçamento de três noções que são articuladas na teoria discursiva, a memória, o sentido e a repetição. O pré-construído é entendido na AD como “[...] todo elemento de discurso que é produzido anteriormente, em um outro discurso, e independentemente [...] (INDURSKY, 2011, p. 69). Segundo Pêcheux, ([1975]1995, p. 164), “[...] o pré-construído é o sempre já-lá’, da interpelação ideológica, que fornece-impõe a realidade’ de seu sentido’ sob a forma da universalidade [...]”.

Para Courtine ([1981] 2009), o pré-construído marca o deslocamento entre o interdiscurso (eixo vertical) e o intradiscurso (eixo horizontal). O Interdiscurso é o lugar de construção do pré-construído, e o intradiscurso, o lugar da enunciação do sujeito.

Em relação ao discurso transverso, este deriva do interdiscurso, no entanto, não está explícito na fala do sujeito discursivo. Segundo Pêcheux ([1975] 1995, p. 167), é um discurso que atravessa e põe em conexão elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construídos, que fornecem a matéria prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, ou seja, é uma espécie de presença ausente.

O Intradiscurso é o tempo curto no qual se atualiza uma memória, através das formulações discursivas, “[...] um elemento do interdiscurso se nominaliza, se encaixa no intradiscurso sob a forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí [...]” (COURTINE, [1981] 2009, p. 35); o intradiscurso é o lugar da materialidade numa sequência discursiva.

Courtine ([1981] 2009) estabelece que a relação entre interdiscurso, o tempo longo de uma memória, e intradiscurso, o tempo curto da atualidade de uma enunciação, faz com que uma formulação-origem retorne na atualidade, assim, temos um efeito de memória. O discurso funciona sob as determinações da memória, aquela mesma que é fundamental nas condições de produção (CP).

A memória da AD não é a memória cognitiva e sim a memória discursiva, derivada da memória social, dos saberes coletivos constituídos através da história ou, como salienta Courtine ([1981] 2009, p. 105-106, grifo do autor), “[...] a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]”.

Indursky (2011) aponta que a noção de memória em AD, logo na gênese dessa teoria, foi explicada com outras designações, quais sejam: repetição, pré-construído, discurso transverso etc., mas, todas elas aludem à memória discursiva, ou, ainda de acordo com a autora, “[...] trata-se de diferentes funcionamentos discursivos através dos quais a memória se materializa no discurso [...]” (INDURSKY, 2011, p. 68).

A mesma autora estabelece ainda a distinção entre memória discursiva e interdiscurso, sendo que o interdiscurso reúne todos os sentidos, ou seja, compreende tudo o que já foi dito, já a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado em práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. Então, ela não diz respeito a todos os sentidos, como o interdiscurso, mas aos sentidos que são autorizados pela Forma-Sujeito, e também aos sentidos que devem ser refutados e esquecidos, sentidos que não podem mais ser

atualizados, ou lembrados, e, da mesma forma, há possibilidade de sentidos que não podiam ser ditos passarem a ser autorizados (INDURSKY, 2011).

Para Pêcheux:

[...] a memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX ([1983] 1999, p. 52).

O autor propõe que a memória discursiva “[...] deve ser entendida [...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador [...],” e que o interdiscurso especifica as condições em que “[...] um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de uma coerência própria a uma memória [...]” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 49-51).

Courtine ([1981] 2009) afirma que o trabalho da memória permite a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento. Quando isso acontece, funcionam, então, os efeitos de memória, que podem tanto estabelecer uma regularização discursiva, ou uma desregulação dos implícitos da regularização anterior. Através da repetibilidade, há uma retomada de uma memória que foi regularizada (ACHARD [1983] 1999, p. 11-17). Desse processo de repetibilidade, ocorre a regularização de determinados sentidos discursivos. A seguir, podemos entender melhor essa relação:

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos, que vão construir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (INDURSKY, 2011, p. 71).

Conforme Indursky (2011), a repetibilidade não se trata necessariamente de repetir *ipsis litteris*, ainda que possa também haver repetibilidade dessa forma, mas a repetição também pode provocar uma ressignificação, uma ruptura com o discurso original, quando o sujeito contra identifica-se, por exemplo, com um determinado sentido já regularizado discursivamente, há então um deslizamento de sentidos, o que Pêcheux ([1983] 1999, p. 53) esclarece a seguir: “[...] um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para outro

[...].” Indursky (2011, p. 72) acrescenta que “[...] certos sentidos cristalizados podem se transformar e tornar-se outros [...].”

A desregulação dos já-ditos configura o que Pêcheux ([1983] 1999) denominou de efeito metafórico, definido como a possibilidade de um sentido vir a ser outro por ocasião de alguma substituição contextual, provocando um deslizamento de sentido na materialidade discursiva. Sendo assim, a seguir trataremos dessas noções, que também foram mobilizadas neste estudo.

2.1.5 Metáfora discursiva, Paráfrase e Polissemia

Imbricada à noção de memória, está a de metáfora, ambas funcionam em conjunto como os demais conceitos da AD. Quando os sentidos já ditos se reinscrevem nas formulações e assim se repetem, pode haver uma regularidade discursiva ou a desregulação dos sentidos (PÊCHEUX, [1983] 1999). A metáfora discursiva consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, “[...] o efeito metafórico funciona quando há uma substituição contextual [...]” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 96).

A regularidade discursiva, como já destacamos na metodologia, consiste na repetição de um dizer, quando uma memória é reinscrita numa nova materialidade, isto é, as relações metafóricas funcionam instaurando efeitos de paráfrase. Segundo Orlandi (2003, p. 36), “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização [...]”.

Mas também a repetição/substituição metafórica pode funcionar com resignificação do dizer, ou seja, com deslizamento de sentidos, deslocamentos, possibilitando, assim, o rompimento com os dizeres já estabilizados na memória e, dessa forma, podendo, também, instaurar novos dizeres. A polissemia, de acordo com Orlandi (2003, p. 36), “joga com o equívoco”, ou seja, instaura-se a mudança de sentidos.

Essa possibilidade de regularização ou de rupturas nos sentidos em um acontecimento discursivo provoca verdadeiros embates, como esclarece Pêcheux ([1983] 1999),

[...] haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; – mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 53).

Conforme Orlandi (2003), a paráfrase e a polissemia, matriz e fonte de sentido, respectivamente, trabalham continuamente o dizer através de uma tensão entre o mesmo e o diferente, pois todo discurso é falado com palavras já-ditas e, através desse jogo, entre essas duas possibilidades de retomada da memória, é que os sujeitos e os sentidos se movimentam e significam. A autora salienta que, dessa forma, “[...] nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso já estão prontos e acabados [...]” (ORLANDI, 2003, p. 37). Há sempre um movimento, uma continuidade e, assim, eles sempre podem ser outros ou não, a depender da língua, da história e do embate entre a paráfrase e a polissemia.

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria a necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentidos no mesmo objeto simbólico (ORLANDI, 2003, p. 38).

Assim, Grigoletto (2003, p. 241) conclui que “a memória não é simplesmente uma recuperação de sentidos já estabilizados, mas sim, participante no jogo metafórico de deslizos e opacidade do dizer [...]”.

2.1.6 Silenciamento

O silêncio é estudado em distintas teorias, seja na filosofia, na psicanálise, na etnologia, e também na Análise de Discurso, no entanto, em cada uma delas tem suas múltiplas distinções conceituais (ORLANDI, 1992). Na perspectiva discursiva, os objetivos de compreender o silêncio são muito específicos, o primeiro é que o silêncio não é reduzido à linguagem verbal, pois, na AD, o silêncio também é significativo. “Os sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções e se fazem por diferentes matérias, entre as quais se encontra o silêncio [...]” (ORLANDI, 1992, p. 46).

Da compreensão de silêncio, extrai-se a noção de silenciamento (pôr em silêncio), que, segundo Orlandi (1992), consiste no apagamento de sentidos já ditos da memória de um dado discurso, e pode funcionar pela censura, pela negação ou pelo esquecimento. A noção de silenciamento considera a dimensão política da significação do silêncio. Sabemos que o sentido é produzido a partir de um lugar e de uma posição-sujeito, assim, ao dizer, o sujeito

estará sempre não-dizendo outros sentidos, “[...] ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é a sua dimensão política [...]” (ORLANDI, 1992, p.53). Para a autora, “[...] a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer de silêncios e de silenciamentos [...]” (ORLANDI, 1999, p. 59).

Indursky (2011) afirma que o apagamento de um determinado sentido discursivo não necessariamente apaga este sentido no interdiscurso, que, como já vimos, diz respeito a uma memória de todos os dizeres, ou seja, “um sentido pode desaparecer de um discurso específico, mas não será apagado do interdiscurso” (INDURSKY, 2011, p. 87).

De acordo com Orlandi (1999), os esquecimentos podem ser de duas ordens, o primeiro, que o sentido é esquecido para dar lugar a um novo sentido; o segundo, esquecem-se novos sentidos que já foram possíveis, mas que, segundo a autora, foram “estancados em um processo histórico-político silenciador [...]” (ORLANDI, 1999, p. 61-62). Nas palavras de Grigoletto (2003) trata-se do trabalho da censura.

Orlandi (1992) aponta diversos tipos de silenciamentos, a saber: o silêncio fundador, imprescindível para a produção dos discursos; e a política do silêncio, mencionada também apenas como silenciamento, este que acaba sendo dividido entre silêncio constitutivo e silêncio local. Todavia, segundo a autora, apesar dessa separação em tipos, o silêncio não funciona de modo isolado, mesmo com suas especificidades, eles não precisam ser desassociados, é um movimento cíclico. No silêncio local, por exemplo, há um tipo de silenciamento, no qual, quando em uma dada conjuntura, determinados sentidos, sejam eles palavras, gestos ou atitudes, não são permitidos sob pena de punição, dá-se então o funcionamento do silenciamento através da censura. Acontece que de acordo com Achard ([1983] 1999) o que é silenciado em uma ordem discursiva, muitas vezes, é acolhido em outra.

Ainda sobre o silêncio, Grigoletto (2003) afirma que ele trabalha na delimitação de sentidos através do mecanismo de apagamento e que a “[...] inscrição da memória no acontecimento também produz um modo específico de delimitação dos sentidos [...]” (GRIGOLETTO, 2003, p. 231).

Ressaltamos que, na Análise de Discurso, as noções teóricas funcionam imbricadamente. Em nossas análises, esses conceitos serão exemplificados.

A seguir iniciaremos o processo analítico das sequências discursivas através do primeiro gesto de análise.

2.2 “Intervenção Militar Já”: o retorno da ditadura ou o controle do caos?

*Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito
Tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como os nossos pais...
Elis Regina (1976)*

Para iniciar esse processo analítico, apresentaremos o primeiro recorte de sequências discursivas (Recorte I), considerando os critérios metodológicos já estabelecidos¹⁸. A SD1 consiste em uma imagem publicada no *Facebook* para ilustrar a matéria do *Jornal O Estado de São Paulo* sobre manifestações que aconteceram em São Paulo-SP no domingo, dia 1º de novembro de 2014, uma semana após o segundo turno das eleições gerais de 2014.

Recorte I – Bloco de SDs de 1 a 12

SD1

Figura 2 – Ato por *impeachment* de Dilma Rousseff - Estádio (01/11/14)



Fonte: *Facebook* (2014).

As mídias digitais são novas possibilidades de circulações discursivas. Dentre as diversas funções presentes na rede social *Facebook*, utilizamos, neste processo analítico, as postagens consideradas públicas com seus respectivos comentários, também abertos a qualquer usuário da rede.

Na SD1, observamos a imagem de um homem que participava da manifestação e segurava um cartaz com o enunciado “Intervenção Militar Já”; ao lado, temos a legenda da

¹⁸ Vide item 1.5.3 *Dos arquivos digitais à constituição do corpus discursivo*.

publicação feita pelo *Estadão*¹⁹, descrevendo a quantidade de manifestantes, além de alguns comentários de seguidores da página a respeito do assunto.

Ao observarmos a materialidade (imagética e linguística) da SD1, vemos que funciona uma atualização da memória histórica da Ditadura Militar no Brasil, com efeito parafrástico, isto é, a repetição que estabiliza sentidos do já-dito. Assim, a formulação “Intervenção Militar Já” atualiza a memória da Ditadura Militar, como algo positivo, que supostamente trouxe paz e progresso ao país, e, assim, na relação com a memória, o sujeito do discurso ocupa uma posição favorável à tomada de poder pelas Forças Armadas no país. Observemos ainda que o termo “Já” produz efeitos de que tal intervenção deve ser feita de forma imediata, com urgência, com efeitos-sentido de um suposto socorro diante de um iminente perigo. Funcionam, também, efeitos de apagamento dos sentidos de ditadura para a intervenção militar, ocorrida em 1964.

Vejamos a seguir a análise das SDs 2, 3 e 4 que apresentam três (3) comentários²⁰ sobre a postagem da SD1²¹:

SD2

J. F. Intervenção militar? Tem gente que só pode ter bosta na cabeça.

SD3

C. S. B. Que absurdo!!! O próximo passo será reivindicar a ressurreição de Hitler?! Bando de gente mimada que não sabe perder. Daqui 4 anos haverá nova eleição. Formem uma oposição decente, com propostas dignas de merecer o voto do povo e tentem se eleger democraticamente. (Mas isso dá muito mais trabalho do que segurar um cartaz com palavras de ordem na rua). E viva a democracia! [*sic*]

SD4

L. L. E a democracia? Só serve qndo o "seu candidato" ganha? Impeachment em SP pela lógica... [*sic*]

Nas SDs 2, 3 e 4 funciona uma posição-sujeito em litígio com aquela observada na SD1, ou seja, um posicionamento desfavorável à tomada de poder pelos militares, pois o efeito de memória que funciona aí (SDs 2, 3 e 4) atualiza sentidos negativos – de ditadura – para a intervenção militar ocorrida em 1964 e, desse modo, a posição-sujeito ocupada pelos internautas é também de repúdio à ideologia ditatorial do militarismo. Assim, a posição-

¹⁹ Endereço eletrônico do jornal: <https://www.estadao.com.br/>. Acesso em: set. 2018.

²⁰ Omitimos o nome dos internautas deixando apenas as iniciais de nomes e sobrenomes utilizados na rede social.

²¹ Fonte: *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/estadao/photos/a.124486140899790/1054596501222078/?type=3&theater>. Acesso em: 31 ago. 2018.

sujeito em divergência ao discurso “Intervenção Militar Já”, que funciona no discurso materializado nas SDs 2, 3 e 4, foi afetada pelo discurso da democracia. Convém ressaltar que os comentários sobre a SD1 foram feitos sob a conjuntura do final das eleições 2014.

Na SD3, em que vemos: “Que absurdo!!! O próximo passo será reivindicar a ressurreição de Hitler?!”. Esse questionamento produz efeitos de que uma intervenção militar no Brasil também pode significar o perigo de um governante nos moldes de Adolf Hitler, líder do Nazismo²²; nesse caso, o comentário da SD3 estabelece uma relação parafrástica da intervenção militar com o discurso nazista, ao comparar Hitler com os militares. Tal efeito discursivo é afetado pela memória da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Conforme o discurso da SD3, quem defende a “Intervenção Militar Já” são os eleitores de candidatos derrotados nas urnas em 2014 e, por isso, não respeitam a democracia, mesma posição-sujeito defendida na SD4. Temos também aí uma posição-sujeito de defesa dos processos democráticos.

No ano de 2015 as manifestações continuaram por todo o Brasil (convocadas através das redes sociais e mostrando a capacidade de articulação que tem o ciberativismo), milhares de pessoas se organizavam nas redes e saíam às ruas reivindicando melhorias, o combate à corrupção e defendendo o *impeachment* de Dilma Rousseff (recém-reeleita), além de defenderem também a tomada de poder pelos militares. A seguir, analisaremos mais cinco (5) SDs do Recorte I.

SD5

Figura 3 – Manifestação por *impeachment* e intervenção militar - UOL (15/03/15)



Fonte: Facebook (2015).

²² Doutrina e partido do movimento nacional-socialista alemão, fundado e liderado por Adolf Hitler 1889-1945; hitlerismo, nacional-socialismo (CAETANO, 2010).

Na imagem que constitui a SD5, observamos algumas pessoas usando roupas verdes e amarelas, segurando um cartaz com os dizeres: “Corrupção nunca mais”, um endereço eletrônico e um símbolo maçônico, no entanto, o foco da análise está na chamada feita pelo *Portal UOL*, pois no *link* da matéria é possível ler o seguinte: “Manifestantes em Belém pedem impeachment e intervenção militar”. Portanto, nessa manifestação, ocorrida em 15 de março de 2015, houve protestos pedindo tanto o *impeachment* quanto a intervenção militar.

Desse modo, funcionam na SD5 efeitos-sentido de que a solução para o fim da corrupção seria o *impeachment* de uma presidenta eleita democraticamente, o que como já ressaltamos, também funciona efeito-sentido de golpe. Ressaltemos que as cores verde e amarela – que marcaram fortemente tanto os protestos de 2013, quanto as reivindicações pela intervenção militar – materializam efeitos de um nacionalismo que se filia à memória do discurso direitista. Por outro lado, a cor vermelha foi discursivizada com efeito-sentido de ser a cor do comunismo, da esquerda, dos movimentos sociais envolvidos com o PT, que também utiliza a mesma cor em suas bandeiras, símbolos e vestimentas.

Notamos, ainda, uma relação parafrástica de sentidos da SD5 com a SD1, na qual, como vimos, produz efeitos-sentido de apagamento do regime ditatorial que vigorou no país no período de 1964 a 1985.

Vejamos as SDs constituídas de comentários dessa postagem²³ (SD5):

SD6

O. H. A. Pessoas que não conhecem a história do Brasil, pedir intervenção militar muito triste [*sic*]

SD7

F. I. NÃO INTERVENÇÃO MILITAR! NÃO REFORMA POLITICA SIM, APROVAÇÃO DA PEC 280/08 REDUÇÃO DE TODOS OS IMPOSTOS JÁ [*sic*]

SD8

M. M. Esses retardados pedem intervenção militar, sendo que não sabem oq ocorreu em 1964... trouxas ;) [*sic*]

Nas SDs 6, 7 e 8 funciona uma regularidade discursiva na relação com as SDs 2, 3 e 4, nas quais vemos uma posição-sujeito em litígio ao discurso materializado pelo enunciado “Intervenção Militar Já”. Ou seja, o discurso inscrito nas SDs 6 a 8 é afetado pela memória do governo militar, com sentidos de ditadura e, sendo assim, defende que a intervenção militar

²³ Fonte: *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/UOL/posts/10152483662873239>. Acesso em: 30 set. 2018.

deve ser repudiada, a exemplo da SD6: “Pessoas que não conhecem a história do Brasil, pedir intervenção militar muito triste”.

Nas SDs 6 e 8 funciona um efeito-sentido que considera a falta de conhecimento histórico sobre o Brasil como justificativa para desejar a volta dos militares ao poder. Na SD7, por sua vez, funciona, além de uma posição-sujeito que está em divergência com o discurso de “Intervenção Militar Já”, um efeito-sentido de defesa de uma reforma política e tributária, como alternativas mais contundentes para solucionar os problemas do país.

Prosseguimos com as SDs 9 a 11 do Recorte I.

SD9

Figura 4 – Intervenção literária já! - Quebrando o Tabu (31/08/16)



Fonte: Facebook (2016).

Na materialidade da SD9 (linguística e imagética), podemos observar uma foto que ilustra uma postagem da página *Quebrando o Tabu*, com a imagem de um tanque de guerra transportando inúmeros livros e a inscrição do enunciado “Intervenção Literária Já”, funcionamento que estabelece uma relação metafórica com o enunciado “Intervenção Militar Já”, com a substituição do termo “militar” pelo termo “literária”; esse processo metafórico funciona com efeitos polissêmicos, já que a substituição não somente de militar por literária instaura mudança de sentidos, mas também o termo intervenção, que embora permaneça na mesma estrutura, sofre deslocamento de sentidos, pois aí não se trata de uma intervenção da força militar, mas de uma intervenção intelectual e científica, a qual trará entendimento histórico acerca das mazelas da ditadura.

Como já destacamos, ao discorrer sobre o conceito de metáfora na teoria discursiva, esta noção consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações (PÊCHEUX, [1969] 1997); assim, o funcionamento da metáfora discursiva se

deu na SD9, tanto na materialidade imagética, ao substituir armas por livros no tanque de guerra, quanto na textual, ao substituir “militar” por “literária” e no efeito-sentido de “intervenção”; na imagem do tanque de guerra, ao instituir relação metafórica pela substituição das armas por livros, funcionam os efeitos polissêmicos, já que, além da substituição do termo “militar” pelo vocábulo “literária”, os pré-construídos e já-ditos sobre tanques utilizados numa possível intervenção militar são substituídos por livros. Desse modo, a SD9 instaura deslizamentos de sentidos com o dito “Intervenção Militar Já”, com o funcionamento de uma posição-sujeito de resistência ao discurso da ditadura militar.

Seguimos com as análises das SDS 10 e 11, que consistem num recorte de dois (2) comentários²⁴ sobre a postagem da SD9:

SD10

“J. P. Concordo plenamente, só assim ninguém mais teria desculpas pra dizer que em 64 foi golpe militar, onde que o mesmo congresso que cassou Dilma foi o mesmo que cassou João Goulart e não os militares atirando pelas ruas, e sim, houve o regime militar com total apoio da sociedade brasileira e inclusive da mídia, menos um jornal e os vagabundos que queria implantar o comunismo em nosso país. Abraços.” [sic]

SD11

A. S. pena que os mais necessitados dessa intervenção, aqueles que desconhecem história por exemplo, não se interessam por ela :/ [sic]

No comentário que constitui a SD10 funciona uma posição-sujeito favorável à “Intervenção Literária Já”, porém, com efeitos-sentido de ironia, pois, segundo esse discurso, a “verdadeira” literatura histórica em uma suposta “Intervenção Literária” comprovaria a negação da Ditadura Militar de 1964; ou seja, institui-se novamente o efeito de apagamento de sentidos do período de governo ditatorial militarizado.

Já a SD11 funciona com a posição-sujeito favorável à “Intervenção Literária Já”, com efeito-sentido de lamento pelo desinteresse de alguns pelo conhecimento advindo dos estudos da história e, sendo assim, além de negá-la, não serão afetados, nem tampouco queiram ser, pela intervenção literária do conhecimento (única maneira de vencer a ignorância, razão atribuída ao suposto interesse na intervenção militar), do negacionismo e da aniquilação da ignorância, ignorância essa tão cultuada atualmente.

²⁴ Fonte: *Facebook*.

Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/interven%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-j%C3%A1/1191157480940637/>. Acesso em: 30 set. 2018.

A seguir, apresentaremos os gestos analíticos das sequências discursivas que integram o Recorte II²⁵.

Recorte II – Bloco de SDs 12 a 19

SD12

Figura 5 – Intervenção Militar Já (15/12/17)



Fonte: *Facebook* (2017).

Todo gesto analítico na Análise de Discurso se dá pelo batimento entre descrição/interpretação das materialidades nas quais funcionam as discursividades, nosso foco central. Desse modo, no processo de batimento entre a descrição e os gestos de interpretação, visamos compreender os efeitos-sentido inscritos nas materialidades discursivas.

Na materialidade da SD12 – imagética e linguística – traz a foto do Gal. Hamilton Mourão (PRTB), atual vice-presidente da República (2019), eleito em outubro de 2018 na chapa que também elegeu o presidente Jair Bolsonaro (PSL). Na foto, publicada em 15 de dezembro de 2017, o general aparece à frente de outros soldados e com expressão imponente, além de estar trajando as vestimentas características do Exército brasileiro, o uniforme militar.

Na postagem, a imagem do Gal. Hamilton Mourão ilustra a publicação de uma página do *Facebook* intitulada *Intervenção Militar Já*, formulação base de nossa análise discursiva. A página reúne atualmente mais de dois mil seguidores; não bastasse ser título da página, essa materialidade também se constitui dos dizeres: “Temer faz ‘balcão de negócios’ para governar!” e “Mourão cabra macho Intervenção Militar Já”.

Naquele momento, o então presidente da república era Michel Temer (MDB), eleito em 2014 para vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff. Relembramos que Dilma sofreu

²⁵ Conforme estabelecido em nossa metodologia (item 1.5.3), o recorte II abrange as SDs de publicações do/sobre o enunciado “Intervenção Militar Já”, no período de 01/09/2016 a 31/12/2017.

impeachment em 2016, e assumiu em seu lugar o vice. É interessante mencionar novamente que o *impeachment* sofrido por Dilma já foi motivo de diversas contestações, diante da possibilidade de ter havido uma trama articulada pelo próprio Michel Temer e seus aliados, como o então presidente da Câmara Eduardo Cunha²⁶, ambos já foram presos²⁷, enquanto Dilma Rousseff segue livre e sem ter perdido seus direitos políticos, mesmo após sua deposição²⁸.

A frase entre aspas, inscrita na SD12, é de Hamilton Mourão, dita em sete (7) de dezembro de 2017, em palestra concedida ao Clube do Exército em Brasília²⁹. O general já tinha dito anteriormente que era favorável a uma atuação das Forças Armadas, ou melhor, a uma intervenção militar³⁰ (palavras dele), caso o judiciário não solucionasse os problemas políticos do país, e, nessa oportunidade, voltou a defender a intervenção que, segundo ele, traria controle ao “caos”. Mourão também teceu duras críticas ao presidente Michel Temer, acusando-o de fazer balcão de negócios para manter-se no poder até o final do mandato. No momento dessa manifestação, o general ainda não era pré-candidato à vice-presidência, fato que só aconteceu em agosto de 2018, anúncio feito por Jair Bolsonaro.

Dessa maneira, inscreve-se no discurso da SD12 a tomada de posição-sujeito favorável à intervenção militar no Brasil. Tal posicionamento é afetado pela projeção imaginária de que uma intervenção, como a ocorrida com o golpe militar de 1964, seria a solução para controlar o caos instaurado no país pelos seus governantes, além de servir para combater a corrupção e criar boas condições de governabilidade.

Diante disso, destacamos a constatação dos autores Souza e Dias (2018), acerca da retomada de pretensões populares à possibilidade de um retorno ao período militar, já vivenciado no país:

Como observou Karl Marx, a história se repete como farsa e tragédia, na medida em que, atualmente, o conservadorismo autoritário vem

²⁶ Fonte: UOL. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>. Acesso em: 31 maio 2019.

²⁷ Fonte: G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html> e https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/21/politica/1553178069_072501.html. Acesso em: 31 maio 2019.

²⁸ Fonte: UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/apos-ter-mandato-cassado-dilma-rousseff-mantem-os-direitos-politicos.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

²⁹ A postagem da SD22 gira em torno desta notícia, que pode ser encontrada em diversos veículos de comunicação como neste do Jornal O Estado de São Paulo: Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,general-acusa-temer-de-fazer-balcao-de-negocios-elogia-bolsonaro-e-volta-a-defender-intervencao,70002113766>. Acesso em: maio 2019.

³⁰ Fonte: Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,general-fala-em-possibilidade-de-intervencao-militar-e-e-criticado-por-comando-das-forcas,70002005185>. Acesso em: 31 maio 2019.

conquistando espaços e uma parcela significativa da sociedade está defendendo o retorno aos ideais postulados em 1964 e às práticas ditatoriais, criminalizando os movimentos sociais e as matrizes do pensamento crítico, retomando o antigo discurso da crise econômica e evocando novamente o espectro comunista para justificar as medidas de cunho fascista, [...] (SOUZA; DIAS, 2018, p. 1).

Ademais, a figura de um general, no caso Mourão, produz também um efeito de autoridade legitimada pela associação ao Exército, enquanto instituição de força e repressão, e assim, nessa trama, funciona o efeito-sentido para a suposta intervenção militar como uma saída para os problemas do país.

Ao considerar o general “cabra macho”, o enunciado mobiliza os pré-construídos do discurso machista, ou seja, todo o conjunto dos já-ditos do que é ser considerado um cabra macho, dito popular no qual funciona efeitos-sentido de homem corajoso, decidido e valente; é com esses sentidos que Mourão é discursivizado na SD12, que também produz o efeito-sentido de que essas são as condições para que um “homem” possa concretizar a suposta intervenção.

No ambiente virtual, o leitor, ao visualizar uma determinada publicação, pode comentar acerca do seu conteúdo. Tal processo de leitura funciona sob as condições de produção do discurso digital e das redes sociais. É também importante considerar que:

O leitor é também um sujeito descentrado, já inscrito em um lugar social, a partir do qual pode ocupar distintos lugares discursivos e distintas posições-sujeito para interpretar e produzir sentidos. Logo, o ato de leitura também é realizado sob as condições de produção do leitor (CORTES, 2018, p. 4).

Ou seja, por essa leitura acontecer no espaço virtual, os sujeitos interlocutores são afetados pelas tecnologias digitais, pois a leitura no espaço digital também funciona em condições de produção específicas e diferenciadas. Neste estudo, sabemos que o leitor é o internauta inscrito no *Facebook*, a exemplo das próximas SDs, constituídas de comentários transcritos³¹ da postagem da SD12.

SD13

N. M. É uma pena que só tem conversa, as forças Armadas não tem coragem para fazer a intervenção em nosso país, é uma vergonha o que o povo vem

³¹ Fonte: *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/170115863454850/photos/a.300606630405772/356803991452702/?type=3&theater>. Acesso em: 31 maio 2019.

passando, dói no coração e na alma ver esta cambada de corruptos como o ministro Gilmar Mendes fazer o que quer e ninguém faz nada, abraços aos interventores. [sic]

SD14

E. M. M. Mas, já que os militares - "covardes" e "omissos" - não terão coragem e iniciativa para "salvar o Brasil", ficam as perguntas: Como pode um agrupamento de "covardes sem iniciativa" dar solução aos graves problemas enfrentados pela Nação? Por que, então, perder tempo, estendendo faixas e "batendo panelas" na frente dos quartéis, incitando incompetentes para irem à luta? [...]

SD15

D. A. A. EU ESTOU PERDENDO A ESPERANÇA NA Intervenção Militar JÁ [sic]

Nas SDs 13 a 15, os comentaristas digitais são interpelados pela ideologia do militarismo e ocupam a mesma posição-sujeito da SD12, favorável à intervenção militar; no entanto, os comentários acima materializam sentidos não somente de defesa à intervenção, mas também sentidos de desilusão e desgosto, sendo os militares aí discursivizados como covardes, a exemplo da SD14, pela suposta demora em responderem aos anseios pela intervenção militar, que tem de ocorrer agora, "Já".

Na SD13, temos um comentário cujo leitor ocupa a posição-sujeito favorável à intervenção, interpelado pela ideologia do militarismo, no entanto, manifesta uma desesperança de que as Forças Armadas atuarão efetivamente nessa questão. Essa posição, que traz o funcionamento discursivo de anseio pela intervenção, demonstra uma regularidade discursiva na relação com a SD12, considerando a necessidade urgente de haver uma intervenção militar, supondo que esta seja a solução para combater a corrupção na política e no judiciário.

A SD14 mantém a regularidade discursiva da SD13, ao considerar os militares covardes e omissos, como já assinalado, funciona o efeito-sentido de falta de iniciativa e de coragem para salvar o país dos graves problemas; esse efeito-sentido de covardia se choca com o imaginário de militares, construído historicamente com efeitos de homens de coragem e firmeza, efeitos do discurso machista funcionando no discurso do militarismo.

A SD15 materializa o mesmo discurso da defesa da intervenção, determinado pela projeção imaginária dos militares como homens de coragem, mas há um efeito-sentido que questiona essa bravura, diante de uma suposta ineficiência de ainda não terem realizado a tão demorada e urgente intervenção militar "já".

No entanto, diante dessa suposta lentidão de uma esperada ação dos militares, surge a figura do Gal. Mourão, discursivizado como um *cabra macho*, devidamente preparado e com a coragem necessária para concretizar a intervenção militar como solução ao caos.

Essa posição-sujeito de apologia ao militarismo é afetada ideologicamente pelo mecanismo imaginário de que a Ditadura Militar, também iniciada com uma intervenção do Exército, não foi problema e sim solução. Desse modo, funciona um efeito de apagamento e silenciamento da história que, como já vimos no primeiro capítulo deste trabalho, mostra o período governado por militares no Brasil como um momento de inúmeras consequências negativas ao país, além da crueldade das torturas, sendo muitas pessoas afetadas direta ou indiretamente pelas truculências da Ditadura Militar.

Nesse sentido, recorreremos mais uma vez à noção de silenciamento em AD. Segundo Orlandi (1992):

[...] a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. [...] Representa [...] um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos (ORLANDI, 1992, p. 73-74).

Costa Cardoso (2018) aborda que não é de agora que se acoberta o período ditatorial brasileiro, travando uma verdadeira disputa entre o silenciamento e as evidências históricas da memória sobre a ditadura, pois, desde aquele regime, os próprios militares defendiam que a forma de governo em vigor era benevolente à sociedade brasileira, e esse sentido foi sendo sedimentado até chegar aos dias atuais. Vejamos a seguir:

No cenário político do Brasil atual uma memória saudosa do golpe de estado civil-militar de 1964 e de sua ditadura voltou a assombrar parte da sociedade. Acreditava-se termos vencido a batalha da memória pela hegemonia de uma leitura das “esquerdas”, invocando suas vítimas e denunciando os perpetradores da violência. O último suspiro foram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2014 e de suas variáveis regionais e locais. De lá para cá, muita coisa mudou, aos poucos nos assustamos com movimentos de direita que se disseminaram pelo país e começaram a pedir “Intervenção Militar Já” (COSTA CARDOSO, 2018, p. 1).

Desse modo, o discurso de defesa da intervenção militar é afetado pela memória do militarismo que discursiviza aquele “período militar” (1964-1985) como um momento bom ao país, pois o livrou do “espectro comunista” que supostamente transformaria o Brasil em uma, aí sim, ditadura.

Todavia, observamos que, nessa rede de disputas de territorialidade no ciberespaço, também funciona o discurso da resistência ao apagamento dos fatos históricos. Essa resistência ousa ir de encontro à apologia que vem sendo feita sobre a Ditadura de 64 pelo viés do discurso da “Intervenção Militar Já”.

Vejamos as próximas sequências discursivas que abrangem a continuação do Recorte II, com as SDs 16 a 19.

SD16

Figura 6 – “Intervenção militar” X Aulas de História (18/09/17)



Fonte: Facebook (2017).

A SD16 apresenta uma imagem de uma matéria sobre um artigo escrito e publicado no *Portal UOL* em 18 de setembro de 2017, com o título “Quem defende a “intervenção militar” não gosta de aulas de História”. Observamos, portanto que, na SD16, funciona uma posição-sujeito em litígio ao discurso da “Intervenção Militar Já”, pois o sujeito do discurso, na relação com a memória do governo militar de 1964, atualiza sentidos de ditadura para tal acontecimento, a qual não deve voltar a vigorar no país. No entanto, a resistência não funciona sem a tensão discursiva; é uma tensão de memórias discursivas do governo militar, que, nos comentários³² a seguir, é discursivizado com efeitos de progresso e de muitos benefícios à nação. Vejamos:

³² Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/UOL/posts/10154618664823239>. Acesso em: 30 set. 2018.

SD17

C. M. Quem é contra intervenção militar é pq não cumpre as leis. Honestos e trabalhadores não têm o menor medo de uma intervenção militar. [sic]

SD18

D. R. Só tem medo da intervenção Militar que deve, por mim começava agora. [sic]

SD19

F. M. G. Pelo contrário! Foi no Regime Militar e NÃO ditadura, que Brasil teve progresso, nascimento de muitas estatais, a manutenção da família, recursos públicos sendo usados em seus propósitos e não essa balbúrdia e libertinagem de hoje!

Nas SDs 17, 18 e 19 funcionam uma posição-sujeito de defesa do suposto “regime militar”, com efeitos-sentido de silenciamento da Ditadura Militar instaurada em 1964, atualizando uma memória do discurso dos militares, segundo a qual só sofriam com as torturas, as censuras daquele governo, aqueles que “mereciam”, sendo que, quem realmente era uma pessoa considerada “de bem” gozava de prosperidade e, assim, nada tinha a temer, como vemos na SD19: “Pelo contrário! Foi no Regime Militar e NÃO ditadura, que Brasil teve progresso [...]”.

Desse modo, nos comentários das SDS 17 a 19 temos uma posição-sujeito que defende o retorno do “regime militar”, na atualidade, sendo tal regime construído discursivamente como um período de bonança e progresso para a nação, ao mesmo tempo em que funcionam efeitos de apagamento dos sentidos ditatoriais para o governo militar instaurado em 1964. O discurso dos militares é afetado pela memória, segundo a qual o período foi muito positivo e revolucionário (COSTA CARDOSO, 2018), todavia, sob o funcionamento dessa memória, outros sentidos são silenciados, a exemplos da violência e da perseguição aos opositores.

Assim, podemos observar nas materialidades analisadas o funcionamento de duas posições-sujeito, a saber: SD16: posição-sujeito contrária à “Intervenção Militar Já”, tendo em vista os sentidos negativos que o militarismo representou historicamente ao país; já as SDs 17 a 19 materializam uma posição-sujeito favorável à “Intervenção Militar Já”, sendo seus opositores discursivizados como pessoas do mal, desonestos que não cumprem as leis etc.

Podemos observar também os seguintes efeitos-sentido na posição-sujeito favorável à “Intervenção Militar Já” (SDs 17 a 19): a “Intervenção Militar Já” é discursivizada como a solução para os problemas que assolam o Brasil contemporaneamente. Tal efeito-sentido é afetado pela memória do discurso dos militares, que governaram o país no período de 1964-1985, pois esse discurso também produz efeitos de apagamento aos sentidos de ditadura para

aquele regime. Ou seja, o discurso com posição-sujeito de defesa da “Intervenção Militar Já” produz novamente um efeito de silenciamento da própria história do Brasil, no que se refere ao período da Ditadura Militar.

Ademais, o discurso favorável à “Intervenção Militar Já” atualiza a memória de autoritarismo, de censura, de tortura, de percalços e turbulências vivenciadas pela sociedade brasileira no período da Ditadura Militar.

Por outro lado, a posição-sujeito contrária a uma intervenção militar funciona com os seguintes efeitos-sentido: a “Intervenção Militar Já” não pode ser a solução para os problemas que assolam o Brasil contemporaneamente, já que representa um perigo à democracia. Tal efeito-sentido é afetado pela memória, segundo a qual o regime militar instaurou uma perversa ditadura no país no período de 1964-1985.

Considerando o espaço de produção e circulação do discurso da “Intervenção Militar Já”, algumas observações acerca do discurso digital são essenciais para uma melhor compreensão acerca dos efeitos-sentido que funcionam nesse discurso. As redes sociais se tornam territórios de relações de poder, por essa razão, na ótica da AD, buscamos as discursividades inscritas no virtual, sendo este um espaço discursivo, pois “[...] um arquivo digital que funciona na movência da rede, também se funda no já dito e trabalha para fixar e estabilizar sentidos [...]” (CORTES, 2015a, p. 36). O fato de curtir, comentar e compartilhar no *Facebook*, por exemplo, já são posicionamentos, sejam eles favoráveis ou contrários (SOUSA *et al*, 2017). Neste trabalho, todavia, optamos pela análise somente das postagens e dos comentários, dadas as limitações e recortes metodológicos estabelecidos.

No próximo capítulo veremos outros embates e efeitos discursivos funcionando no enunciado “Intervenção Militar Já”, que passou a circular ainda com maior intensidade nas redes sociais no ano de 2018³³, tendo em vista as eleições presidenciais ocorridas naquele ano.

³³ Mesmo que algumas delas (SDs 21 e de 22 a 26) tenham sido publicadas primeiramente no antepenúltimo mês do ano de 2017, voltaram a circular em 2018, ano eleitoral que acirrou discussão do tema na rede social.

3 GESTOS ANALÍTICOS – PARTE II

3.1 Considerações sobre o ano de 2018 e as eleições presidenciais

É impossível negar os fatos.
Boris Fausto sobre o golpe de 64 (2019)

Em 2018 aconteceram as eleições gerais no Brasil; no mês de outubro, os eleitores foram às urnas para escolher representantes para os poderes executivo (Presidente da República e Governadores) e legislativo (Deputados Federais e Estaduais, além de Senadores). O processo eleitoral de 2018 teve situações muito pertinentes que merecem uma discussão à parte, principalmente para justificar a presença da maioria das sequências discursivas deste trabalho no **Recorte III**, que, como destacamos na metodologia, foi um dos critérios adotados para a construção deste tópico de SDs.

Conforme já discutido no primeiro capítulo, desde a eleição anterior (2014), já se instalara uma crise política no país, culminando com o processo de *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff. Essa crise provocou uma profunda perda da credibilidade das instituições políticas e de justiça e “Naquele momento crítico institucional, aumentou o número de grupos organizados que clamavam pela intervenção militar [...]” (PINTO, 2019, p. 19). Retomamos à menção desses fatos para ampliar a nossa compreensão sobre as possíveis consequências e desdobramentos da crise instaurada no cenário político do país naquele momento, e principalmente, para analisar os efeitos discursivos do enunciado “Intervenção Militar Já” na eleição do militar da reserva Jair Bolsonaro para presidente.

A princípio, é preciso ressaltar que, com a prisão do Ex-Presidente Lula³⁴, até então candidato à presidência pelo PT³⁵, líder das pesquisas eleitorais divulgadas na mídia tradicional (TV e jornais)³⁶ e com o Brasil já polarizado, despontava-se, como oposto a Lula – sobretudo com o apoio de adeptos ao antipetismo – o então Deputado Federal Jair Bolsonaro, capitão do Exército, militar de reserva, representando os ideais da extrema-direita e com discursos considerados preconceituosos e conservadores (PINTO, 2019).

O então Deputado Federal Jair Bolsonaro iniciou sua campanha ao Planalto bem antes dos seus concorrentes, uma vez que, desde os primeiros clamores pelo *impeachment*, que

³⁴ Para mais informações acesse: <https://g1.globo.com/politica/ao-vivo/ordem-de-prisao-contralula.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2019.

³⁵ Para mais informações acesse: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/04/em-convencao-nacional-pt-confirma-candidatura-de-lula-e-adia-decisao-de-vice/>. Acesso em: 30 set. 2019.

³⁶ Fonte: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml>. Acesso em: 30 set. 2019.

tiveram início logo após o segundo turno que reelegeu Dilma Rousseff em 2014 (no fim de semana seguinte), já havia engajamento por parte dele nas redes sociais, em contato direto e constante com o público que se consolidou seu eleitorado. Conforme esclarece Goldstein (2018):

Novas mídias sociais permitiram que Bolsonaro e suas ideias fossem espalhadas desde círculos reduzidos para uma “maioria silenciosa”. Atualmente, Brasil é um dos países com mais usuários nas redes sociais do mundo: “Estudo recente da Pew Research Center indica que 41% da população brasileira usa alguma plataforma de mídias sociais para receber notícias diariamente; o país está em oitavo no ranking mundial”. No Sul do país, uma das bases de apoio ao Bolsonaro, 70% da população tem acesso à internet. Atualmente, Jair Bolsonaro é o candidato presidencial que mais seguidores tem nas redes sociais: Instagram (2.6 milhões), Facebook (6.1 milhões) e Twitter (1.4 milhões) num país de 200 milhões de habitantes (GOLDSTEIN, 2018, p. 16-17).

Jair Bolsonaro também obteve apoio através da greve dos caminhoneiros, um movimento de paralisação dos transportes de carga que aconteceu entre maio e junho de 2018 e gerou grande repercussão em todo o país, justamente pelo apoio desses profissionais à intervenção das Forças Armadas no governo, e que também teve organização, em partes, por meio das redes sociais. O desabastecimento e a dificuldade de prosseguir com a rotina nos dias de greve dividiu mais uma vez a sociedade em apoio e desagrado relacionados à greve e à intervenção. De acordo com Morais e Pereira (2018, p. 550), “[...] Foi observado frente ao tema da greve que os discursos marcaram a diversidade de posicionamentos e ainda atraíram temáticas adicionais, tais como: intervenção militar, corrupção dentre outras”.

Figura 7 – Intervenção Militar Já – Greve dos caminhoneiros (29/05/18)



Fonte: Bem Blogado (2018)³⁷.

³⁷ Fonte: Bem Blogado. Disponível em: <https://bemblogado.com.br/site/apagamos-a-memoria-da-ditadura/> Acesso em: 15 mar. 2020. A figura 7 não se trata de mais uma SD, apenas a título de ilustração.

Faixas semelhantes a da figura 7 estavam em muitos dos veículos presentes na greve, e o então pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro, declarou apoio às pautas levantadas pelos caminhoneiros e recebeu apoio mútuo de grande parte desses motoristas. Dessa forma, foi se despontando cada vez mais e se consolidando no imaginário como o provável político que solucionaria a crise brasileira. De acordo com Satuf e Vasconcelos (2019, p. 12), com o início da campanha, “[...] para compensar o pouco tempo nas propagandas eleitorais na TV e rádio, Bolsonaro passou boa parte do tempo focado nas redes sociais, priorizando o Twitter [...]”. Por meio de mensagens diretas em suas redes pessoais, ou em *lives*³⁸ e vídeos demonstrando seus posicionamentos e suas possíveis ações, caso alcançasse o cargo. Bolsonaro teve, segundo o veículo jornalístico Congresso em Foco, audiência de mais de 40 milhões de pessoas. Esse número significa quase que o triplo de engajamento de todos os candidatos à presidência ao longo de toda a campanha³⁹.

Conforme Silva (2017):

As redes digitais possibilitaram que novas lideranças se articulassem e disputassem as visões de mundo na sociedade, e à esquerda têm sido menos eficiente do que a direita em articular e disputar o senso comum presente nas redes sociais (SILVA, 2017, p. 9). [*sic*]

O imaginário que se criou de Bolsonaro, sendo chamado de mito por seus seguidores, é de que ele seria um político diferente dos outros, pois seria autêntico e não esconderia suas opiniões em razão de querer agradar determinados setores sociais, mesmo com seus “discursos agressivos, em que reivindica ser o defensor e restaurador da ordem perdida” (POMPEU, 2018)⁴⁰, assim, mostra que tem defeitos e “virtudes”, como qualquer pessoa, e se comunica diretamente com seus apoiadores. Neste caso, percebe-se que:

Em um momento de absoluta descrença em relação ao futuro do país, descrédito da classe política e de *fake news* institucionalizadas, Bolsonaro se vendeu (e convenceu) como combatente patriota, com valores conservadores e que trará de volta o “Brasil Potência” dos militares (VOLPATTI; LIMA, 2018).

³⁸ Transmissões ao vivo de vídeos nas redes sociais.

³⁹ Veja mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaoforum/um-presidente-eleito-pelas-redes-sociais/>. Acesso em: dez. 2019.

⁴⁰ Veja mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/jair-bolsonaro-o-mito-de-pes-de-barro/>. Acesso em: dez. 2019.

Antes mesmo do início oficial da campanha eleitoral de 2018⁴¹, ainda sem ser definitivamente candidato à vice-presidência na chapa de Jair Bolsonaro, vimos que o Gal. Hamilton Mourão já enaltecia a possibilidade de uma intervenção militar ocorrer no Brasil, a fim de proporcionar o término dessa crise institucional no país. Segundo Pinto (2019), Mourão “colocou lenha na fogueira” ao afirmar que:

A constituição de 1988 admite uma intervenção constitucional com emprego das Forças Armadas; os poderes executivos e legislativos estão podres cheios de corruptos, não seria o momento dessa intervenção quando o presidente da república está sendo denunciado pela segunda vez [...]? (MOURÃO *apud* PINTO, 2019, p. 19).

Essas afirmações de um representante ativo das Forças Armadas, e que já havia indícios de sua participação como candidato nas eleições, possibilitou funcionamentos discursivos com efeitos-sentido e posições-sujeito distintas: setores da sociedade, da imprensa e do então governo expressaram desconforto com as palavras do Gal. Mourão e cobravam punições pelo desrespeito à Constituição ao fazer apologia à intervenção militar, enquanto outros o apoiaram.

Com o Ex-Presidente Lula preso⁴², Bolsonaro, juntamente com seu candidato a vice-presidente, Gal. Hamilton Mourão, ganhou força e cresceu nas pesquisas eleitorais, sendo eleito⁴³ para a presidência da República no pleito de 2018, vencendo o então candidato, Fernando Haddad⁴⁴, seu adversário no segundo turno.

Sob essas condições de produção, vejamos como funcionou o discurso da intervenção militar nas redes sociais, foco das próximas análises.

Iniciaremos nossos gestos analíticos com o terceiro recorte de sequências discursivas.

⁴¹ Iniciada em 16 de agosto de 2018.

⁴² Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/lula-e-presno.shtml>. Acesso em: 30 set. 2019.

⁴³ Fonte: Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-vence-haddad-e-eleito-presidente-da-republica-23193760.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

⁴⁴ Haddad foi o escolhido para substituir Lula devido a sua prisão. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/haddad-e-aprovado-por-aclamacao-como-candidato-do-pt-em-substituicao-a-lula,a4ceed1532d8f007c9bbff4fa6dc990dhpv97zho.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

3.2 O discurso da Intervenção Militar e os efeitos de militância digital nas eleições de 2018

Uma eleição é feita para corrigir o erro da eleição anterior, mesmo que o agrave.

Carlos Drummond de Andrade

Recorte III – Bloco de SDs de 20 a 36

SD20

Figura 8 – Intervenção em *outdoor* (03/03/18)



Fonte: *Facebook* (2018).

Na SD20⁴⁵, temos a publicação em 3 de março de 2018, na página no *Facebook* de um *blog* conquistense⁴⁶ – *Blog do Rodrigo Ferraz*⁴⁷ – um *outdoor* com as cores da bandeira do Brasil, com as palavras “intervenção” e “em progresso” em destaque, com o símbolo de processamento ou carregamento de um *download*. À esquerda, temos também a foto do vereador responsável pela divulgação da peça publicitária.

A imagem da SD20 materializa o discurso positivista⁴⁸ e nacionalista inscrito na bandeira brasileira “Ordem e Progresso”, sendo tal formulação substituída pelo dito “Intervenção em progresso”, instaurando uma relação de metáfora discursiva, que consiste em substituições contextuais de uma palavra por outra, uma proposição por outra, conforme

⁴⁵ A imagem foi publicada anteriormente em muitos *blogs* de Vitória da Conquista - BA, mas, posteriormente, como é de praxe, foi também postada no *Facebook*, de onde foi feita a coleta do *print*.

⁴⁶ Gentílico relativo a quem é natural de Vitória da Conquista, cidade do estado da Bahia ou da cidade de Conquista, em Minas Gerais. Aqui trata-se da cidade baiana. Fonte: <https://pt.wiktionary.org/wiki/conquistense>. Acesso em: 31 jan. 2020.

⁴⁷ Fonte: *Facebook*. Disponível em: *Link*. Acesso em: abr. 2019. (Devido à extensão do endereço para acessar a imagem, optamos por substituí-lo apenas pela palavra *link* que dá acesso, do mesmo modo, à fonte).

⁴⁸ A expressão Ordem e Progresso é a forma abreviada do lema político do positivismo, formulado pelo filósofo francês Auguste Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_e_Progresso. Acesso em: 15 jan. 2020.

Pêcheux ([1969] 1997). Ademais, o dito “Intervenção em progresso” (SD20) funciona discursivamente com sentidos de “Intervenção (militar) em progresso”, como um dito no interior do não dito (PÊCHEUX, [1983] 1999). Da mesma forma, a palavra ordem, embora substituída, continua funcionando pelos efeitos de memória, já que intervenção passa a significar como a instituição da ordem ao suposto caos da situação do país.

Dessa forma, temos a constatação de que o discurso de defesa por uma intervenção militar, com a justificativa de combater a crise do país, funcionou nas redes sociais, se materializou nas ruas (aqui um *outdoor*) e se estendeu por muitos municípios brasileiros, e das ruas retornou novamente para as mídias digitais e redes sociais (no caso do *outdoor* da SD20 foi publicado não somente na rede social *Facebook*, mas em *blogs* e sites jornalísticos como o Portal G1, entre outros) e isso se intensificou durante os antecedentes da campanha eleitoral oficial de 2018.

Assim, se inscreve aí a memória discursiva da Ditadura Militar, que defendia a instituição da “ordem” no período que antecedeu o golpe ocorrido em 1964 (INDURSKY, 2013). Na SD20 funciona uma posição-sujeito de apoio a uma nova tomada de poder pelos militares, ainda que a palavra militar não esteja aí materializada, ou seja, há um não-dito no interior do que é dito, conforme declara Pêcheux ([1983] 1999).

Observa-se mais uma vez o efeito de apagamento da memória discursiva dos sentidos de ditadura para o governo militar brasileiro (1964-1985), no discurso que clama pela intervenção militar no país.

Todavia, como a língua é constituída da falha e do equívoco, o sentido sempre pode ser outro (PÊCHEUX, [1975] 1995) e, desse modo, também funciona no espaço virtual das redes sociais outros efeitos discursivos e outros posicionamentos. Assim, temos a posição-sujeito de repúdio ao discurso militar, com efeito-sentido de defesa da democracia; e, ainda, outros efeitos-sentido de defender o espaço acadêmico como lugar de resistência, como podemos verificar a seguir:

SD21

Figura 9 – Manifestação na UESB (05/10/17)



Fonte: Facebook (2017).

Na imagem publicada no *Perfil pessoal de um professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, temos a SD21 materializada pela destruição do *outdoor*⁴⁹ por acadêmicos da instituição de ensino. Em contrapartida, funciona não somente o rasgo físico, mas um gesto de interpretação e uma posição-sujeito de repúdio à intervenção, pelos protestos aos ditos de uma suposta espera por uma intervenção militar no Brasil. Ademais, o *outdoor* no espaço universitário produz sentidos de afronta ao ambiente acadêmico, fato que funciona um efeito de indignação, materializado no gesto de rasgar (SD21), ainda mais incisivo.

A imagem do rasgo ao *outdoor* também foi inscrita na mídia virtual, inclusive na rede social *Facebook*, pois o ambiente digital, onde a imagem passou a circular, é também um espaço de confrontos e resistência. Assim, a mídia virtual pode proporcionar uma nova visibilidade a grupos e movimentos que não encontravam na mídia convencional vez e voz para suas especificidades, como salienta Mittmann (2009):

[...] O cerceamento de discursos e de vozes na grande mídia poderia ser rompido justamente através apropriação de uma parcela para a construção de um caminho em outra direção. Assim, com o advento da internet, o que não podia não ser de outro modo que aquele imposto pelo poder através da grande mídia passa a ocupar um espaço de grande circulação para contestar constantemente o já-estabelecido (MITTMANN, 2009, p. 1-2).

⁴⁹ Fonte: Facebook. Disponível em: *Link* Acesso em abr. de 2019. (Devido à extensão do endereço para acessar a imagem, optamos por substituí-lo apenas pela palavra *link* que dá acesso, do mesmo modo, à fonte).

A *internet* é, portanto, um lugar de produção e circulação de discursos e posições-sujeito, que funcionam num incessante embate de sentidos. E as réplicas e tréplicas continuam, agora não só nas ruas da cidade, mas também nas redes digitais.

SD22

Figura 10 – “Marginais, Intolerantes, Travestidos de Estudantes...” (09/10/17)



Fonte: *Facebook* (2017).

A SD22 é constituída por uma publicação do *Perfil pessoal do vereador* na rede social *Facebook*⁵⁰, com o mesmo *outdoor* que analisamos nas SD20, mas, dessa vez, a peça está instalada em uma propriedade particular, e, além da imagem, a postagem traz um texto no qual se inscreve uma posição-sujeito de indignação pelo ato de rasgar o *outdoor* (SD21), efetuado por estudantes e professores da UESB.

Na SD22, além da imagem, temos a seguinte formulação como legenda da postagem: “Marginais, INTOLERANTES, travestidos de ESTUDANTES... Destruam aqui!”. Nessa formulação linguística, há uma substituição metafórica de “estudantes” para “marginais” e “intolerantes”: “Marginais intolerantes travestidos de estudantes...” (SD22); assim, nessa relação metafórica funcionam efeitos-sentido de indignação e de ódio frente aos protestos ocorridos contra o discurso de intervenção militar, no espaço universitário da UESB. Ademais, funcionam efeitos-sentido de crime para o protesto dos acadêmicos, já que a palavra “marginais” materializa sentidos pré-construídos de “criminosos”, logo, os alunos e

⁵⁰

Fonte: *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/davidsalomao.juspm/posts/10207734718125179:0>. Acesso em: 30 jun. 2019.

professores presentes na manifestação (SD21) são discursivizados na SD22 como criminosos, como vemos na legenda da figura do *outdoor* republicado.

Também o discurso materializado na SD22 produz efeitos de interdição e controle dos sentidos, pela indignação causada perante o gesto de rasgar o *outdoor*, que também buscava rasgar o anseio de uma intervenção militar, que traz ameaça de ditadura ao país. O dito “Destruam aqui!” produz efeitos de desafio, ameaça e interdição a possíveis manifestações contrárias, já que agora tal *outdoor* se encontra num ambiente privado.

Nesse discurso inscrito no *outdoor* (SDs 20 a 22), em que o vereador ocupa a posição-sujeito de defesa e aclamação à intervenção militar, funcionam efeitos discursivos de tolerância e apologia a regimes autoritários; uma intervenção militar pode acarretar num retorno a um regime autoritarista, como já aconteceu outrora no Brasil. Desse modo, temos realmente uma ação criminosa⁵¹, mas não no protesto dos discentes e docentes universitários, e sim nas campanhas pela intervenção militar, considerando que:

Manifestações por intervenção militar, eufemismo para golpe militar, são uma afronta à Constituição e poderiam ser caracterizadas como crime previsto na LSN (Lei de Segurança Nacional), com pena de um a quatro anos de reclusão, segundo especialistas [...] (VALENTE, 2018)⁵².

Mas o sentido sempre pode ser outro... Vejamos as SDs constituídas dos comentários⁵³ realizados sobre a postagem da SD20:

SD23

D. M. A Uesb sempre foi um espaço de resistência. É tempo de não se calar! Estamos juntos professor R. M.

SD24

C. S. Acho que primeiro ele não sabe o que é a intervenção prevista na Constituição, segundo não sabe que a defesa das instituições democráticas é um direito de todo brasileiro [*sic*]

SD25

D. O. Antes que o silêncio nos torne cúmplice. [*sic*]

⁵¹ Segundo o professor universitário, o historiador Dr. José Dias, foi feita uma denúncia ao Ministério Público contra as exposições dos *outdoors* realizadas pelo vereador conquistense, no entanto, não foi acatada pelo MP.

⁵² Fonte: UOL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/para-especialistas-pedido-de-intervencao-militar-afronta-constituicao-e-pode-ser-crime.shtml> Acesso em: 30 abr. 2019.

⁵³ Fonte: Facebook. Disponível em: *Link*. Acesso em: 17 abr. 2019. (Devido à extensão do endereço para acessar a imagem, optamos por substituí-lo apenas pela palavra *link*, que dá acesso, do mesmo modo, à fonte).

SD26

A. F. C. Ditadura nunca mais!

Na SD23 funciona uma posição-sujeito de aliança ao discurso inscrito na SD21, que defende o espaço acadêmico como lugar de produção do conhecimento científico e repudia posicionamentos autoritários e do senso comum, a exemplo do discurso materializado no *outdoor* (SD20), que desrespeita o conhecimento histórico da Ditadura Militar brasileira e, assim, busca silenciar os sentidos da história.

Na SD24, verificamos o funcionamento de uma posição-sujeito de resistência ao discurso militar e, ainda, de defesa da democracia como um dever de instituições como a universidade. Funcionam também, na SD24, efeitos-sentido de repúdio ao provável despreparo do vereador para legislar, pela ignorância aos direitos mínimos garantidos na Constituição, sendo essa ignorância responsável por discursos de apologia a um regime historicamente definido como antidemocrático e opressor.

Na SD25, temos: “Antes que o silêncio nos torne cúmplice” [*sic*]; nesta formulação mantém-se o repúdio ao discurso da intervenção militar, pelo apoio ao gesto de protesto dos acadêmicos (SD21), como também funcionam efeitos de resistência ao silenciamento, pois, caso houvesse a omissão dos acadêmicos, poderia significar cumplicidade e aprovação frente à afronta para com a democracia.

Para finalizar esse bloco de SDs, temos a SD26, com a formulação “Ditadura nunca mais!”, na qual funciona a regularidade discursiva de repúdio a uma intervenção militar que pode significar, conseqüentemente, uma ditadura. Nessa materialidade, “Ditadura nunca mais”, funcionam efeitos-sentido veementes e indiscutíveis contra a ditadura, sendo esta discursivizada como um período negativo ao país, no qual vigorou a opressão, perseguições, torturas e mortes, e, por isso, não deve retornar.

Assim, há uma disputa de sentidos e de memórias quanto ao regime de governo realizado pelos militares entre as décadas de 60 e 80.

O discurso da intervenção militar, conforme vimos nas SDs 20 e 22, funciona sob determinações da memória do militarismo com sentidos de prosperidade e paz ao país, e, assim, o discurso da intervenção (militar) em progresso produz efeitos de memória do militarismo com sentidos de progresso, por isso deve retornar. Esse discurso funciona com efeitos de apagamento e tenta silenciar sentidos do golpe militar e da Ditadura de 1964.

Relembramos que, segundo Orlandi (1992), o silenciamento consiste no apagamento de sentidos já ditos da memória de um dado discurso, e pode funcionar pela censura, pela

negação ou pelo esquecimento. Entretanto, como destaca Achard ([1983] 1999), o que é silenciado em um discurso pode funcionar em outra ordem discursiva. Dessa maneira, no discurso materializado nas SDs 23 a 26, constituídas dos comentários, funciona a posição-sujeito de repúdio e resistência à intervenção e ao militarismo. Esse discurso funciona sob determinações da memória do período do governo militar, discursivizado como ditadura. Nesse processo discursivo, também funcionam efeitos de repúdio à ignorância em relação à história do país, como também à impunidade dos generais e dos responsáveis pelo regime ditatorial ocorrido no Brasil.

Ademais, também funcionam efeitos-sentido de defesa à democracia e às instituições, a exemplo da universidade, como espaço de diálogos e pluralidades de pensamentos, mas nunca para omissão ou defesa de discursos autoritários, e sim, posicionamentos de defesa da ciência e da história, que jamais devem ser apagadas ou silenciadas, e assim, não permite a negação de parte da história do Brasil, como a vigência da Ditadura Militar durante 21 anos.

Dando segmento, vejamos as próximas sequências discursivas (SDs 27 e 28):

SD27

Figura 11 – Intervenção Literária Já - Meu Professor de História (27/05/18)



Fonte: Facebook (2018).

Na postagem da página denominada *Meu Professor de História*, realizada em 27 de maio de 2018 no *Facebook*⁵⁴, observamos novamente a publicação de uma materialidade com o retorno do enunciado: “Intervenção Literária Já”⁵⁵, o que, para a AD, constitui-se em uma metáfora discursiva, na relação com o enunciado “Intervenção Militar Já”, instaurando o

⁵⁴ Fonte: Facebook. Disponível em: *Link* Acesso em: 30 set. 2018. (Devido à extensão do endereço para acessar a imagem, optamos por substituí-lo apenas pela palavra *link* que dá acesso, do mesmo modo, à fonte).

⁵⁵ Uma materialidade com a inscrição desse mesmo enunciado foi apresentada na SD9, vide p. 54-55.

efeito de polissemia, posto que traz um efeito-sentido para intervenção totalmente díspar ao substituir “militar” por “literária”, e remete-nos à leitura, à busca por conhecimento, à superação da ignorância que possibilitariam o combate a qualquer anseio por uma tomada de poder pelos militares.

Ainda observamos que, logo abaixo da formulação “Intervenção Literária Já”, há um comentário, no qual funcionam efeitos-sentido que apontam para uma posição-sujeito também contrária à tomada de poder pelos militares, com os dizeres:

SD28

Amigos que querem os militares no poder: vão estudar, ler livros, estudar História, ver documentários.

Esse discurso (SD28) mobiliza um efeito de memória que atualiza sentidos negativos – de ditadura – para a intervenção militar ocorrida em 1964 e funciona com uma posição-sujeito de defesa ao conhecimento histórico sobre o Brasil para banir o apelo à volta dos militares ao poder. Tal posição-sujeito é afetada pela memória do militarismo como um período de grandes transtornos e tirania na sociedade brasileira nas décadas de regime ditatorial, como a censura, as torturas, as truculências etc.

A seguir, apresentamos as análises das SDs 29 e 30 que consistem num recorte de dois comentários acerca da SD28⁵⁶:

SD29

J. A. Gente os militares não torturavam pessoas de bem nem trabalhadores, eu vivi essa época, era tranquilo pra quem vivia em paz, você sai a noite sai pra balada viajava, não tinha assaltos era normal. Agora pra terroristas a conversa era outra. [*sic*]

SD30

J. A. Minha avó dizia a mesma coisa. Que era a melhor época e pra mim esse depoimento vale muito, afinal foi de quem viveu e não só leu um livrinho de história e assistiu documentário [*sic*].

De acordo com o discurso que funciona na SD29, o sujeito ocupa uma posição segundo a qual não houve uma ditadura militar no Brasil, mas houve bonança, ou seja, havia tranquilidade e paz, sem a propagação de violência para pessoas que eram consideradas de boa conduta.

⁵⁶ Fonte: *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/MPHistoria/posts/557017384432136>. Acesso em: 30 set. 2018.

Assim, instauram-se efeitos de apagamento de sentidos acerca do período que o Brasil foi governado por militares/ditadores; ao mesmo tempo, atualiza-se a memória do discurso militar, segundo a qual só sofriam naquele governo aqueles que “mereciam”, ou seja, “pra terroristas a conversa era outra”, sendo que, quem realmente era uma pessoa considerada “de bem” gozava de prosperidade e, assim, nada tinha a temer.

Ao denominar de terroristas os que supostamente “mereciam” a tortura, instaura-se uma relação metafórica entre terroristas e combatentes da Ditadura Militar, sendo estes – intelectuais, artistas, alguns religiosos, além de todos que não compactuavam com as ações dos militares – discursivizados como “terroristas”.

Aqui cabe uma discussão da relação com a Lei Antiterrorismo, sancionada em 2016 pela então presidenta Dilma Rousseff. Promulgada em 16 de março, a Lei 13.260⁵⁷ abria brechas para criminalizar manifestações por todo país, uma vez que previa reformular o conceito de organização terrorista. Em entrevista concedida ao jornalista Leandro Sakamoto, Guilherme Boulos, então coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), afirmou que o Brasil não precisava de uma lei específica antiterrorista, pois, segundo ele:

Não há um histórico de ações terroristas em nosso país a não ser aquelas praticadas pelo próprio Estado, por exemplo o terrorismo das polícias militares contra os jovens negros da periferias. Não há nenhuma justificativa até porque a punição a eventuais atos terroristas já estão previstos pela legislação existente. Não havia o menor sentido na elaboração dessa lei a não ser a motivada por aqueles que querem criminalizar as lutas sociais (BOULOS, 2016).⁵⁸ [sic]

Retomando aos efeitos de memória que funcionam ao afirmar que os torturados pela Ditadura eram terroristas e, por isso, mereciam, cabe mencionar que os objetivos propostos pela Lei Antiterrorismo poderiam coibir manifestações sociais em todo país, considerando os que delas participassem como terroristas e, assim, eles poderiam ser punidos com penas de reclusão, funcionando um efeito metafórico de manifestantes para terroristas.

Segundo Pêcheux ([1975] 1995, p. 160), “[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...]”, assim, o efeito-sentido para terroristas aponta para o funcionamento de uma posição-sujeito de aliança ao discurso dos militares; já o efeito-sentido para combatentes, nos remete ao

⁵⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

⁵⁸ Veja mais em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/18/dilma-tambem-ataca-a-democracia-ao-sancionar-lei-antiterrorismo-diz-boulos/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 set. 2019.

funcionamento de uma posição-sujeito de resistência ao discurso dos militares e de defesa ao discurso da democracia.

Na SD29, o sujeito discursivo mantém a mesma posição da SD30, ao considerar que o depoimento de quem viveu o período da ditadura (senso comum) tenha maior credibilidade do que os estudos científicos, como aqueles já concebidos historicamente, ao desdenhar da ciência histórica que contribui socialmente para difusão das informações sobre as construções socioculturais humanas existentes no tempo e no espaço, sejam elas positivas ou não. “[...] afinal foi de quem viveu e não só leu um livrinho de história e assistiu documentário” [*sic*] (SD16). Isso consiste em dizer que vale mais ter vivido pessoalmente o período que confiar na literatura científica acerca dos fatos históricos, colocando a vivência pessoal acima da concepção social e histórica.

Observamos ainda mais dois comentários digitais (SDs 31 e 32) que apresentam o funcionamento de duas posições-sujeitos distintas: uma de rejeição à história (SD31), e outra (SD32) que defende a história e ironiza o desprezo e a ausência de conhecimento histórico da população. Vejamos:

SD31

W. S. Ler esses livros de História escritos pelo MEC repletos de doutrinação marxista e documentários que mostram somente a versão esquerdista dos fatos?! Jamais, isso é coisa de comunista!! [*sic*]

SD32

F. L. Vejo que o PT realmente "falhou", as pessoas não aprenderam a ler livros e interpretar a disciplina história. Nem tento explicar muito, pois a primeira coisa que dizem é que os livros de história foram escritos por comunistas.. 😊 [*sic*]

Inclusive, nas SDs 31 e 32, observamos um confronto nos discursos materializados, sendo que, na primeira (SD31), funciona uma posição-sujeito de repúdio aos livros, à história, vilipendiando o conhecimento, já que, segundo tal discurso, os livros e a história são “repletos de **doutrinação marxista** e documentários que mostram somente a versão **esquerdista** dos fatos?! [...] [é] coisa de **comunista!!**” (destaque nosso), tal posicionamento representa um grande retrocesso, já que se combate o conhecimento científico em nome do confronto ao suposto “comunismo”.

Já na SD posterior (32), funciona uma posição-sujeito contrária à rejeição da ciência histórica, com efeitos de ironia, vejamos: “Vejo que o PT realmente “falhou”, as pessoas não

aprenderam a ler livros e interpretar a disciplina história. Nem tento explicar muito, pois a primeira coisa que dizem é que os livros de história foram escritos por comunistas [...]” [sic]

O discurso de defesa à intervenção militar é afetado pelo imaginário da Ditadura Militar como instituição da ordem e do progresso; mas também o discurso de resistência à intervenção é afetado pelo imaginário da Ditadura como produtora do caos e das mazelas à sociedade, por isso representa uma ameaça.

Dessa maneira, a intervenção militar é discursivizada nas SDs 29 a 31 com efeito-sentido de que ela salvará o país de uma *ameaça comunista*. Nesse discurso também funciona uma posição-sujeito de interdição aos livros didáticos, então distribuídos pelo governo vigente na época (MEC/PT), já que esses livros são discursivizados como instrumentos de doutrinação marxista com versões *esquerdistas da história* (SD31).

Observamos nas análises das SDs 31 e 32 que o efeito discursivo de *pavor* ao comunismo nos mostra o retorno de uma memória discursiva do militarismo, atravessada pelo discurso do senso comum, que também constitui o discurso materializado nos comentários da *internet*.

Como já ressaltado, esse discurso também funcionou no período anterior à efetivação do golpe militar do início dos anos 1960 no país. Portanto, a memória discursiva da Ditadura Militar produziu efeitos no discurso da intervenção militar materializada nas redes sociais, como temos mostrado.

A seguir, apresentamos outro bloco de sequências discursivas do **Recorte III**, ou seja, SDs 33 a 36.

SD33

Figura 12 – Resgate da Caverna - História Animada (12/07/18)



Fonte: Facebook (2018).

Na materialidade que compõe a SD33, notamos uma charge do artista Walmir Americo Orlandeli, ilustrando uma postagem da página *História Animada* feita em 12 de julho de 2018, com algumas inscrições de formulações discursivas, sendo que uma delas é a formulação “Intervenção Militar Já”. A imagem da charge remete a um resgate, realizado em 2018, de um time de futebol da Tailândia. Composto por adolescentes e seu técnico, o time ficou preso em uma caverna após uma forte chuva impedir a saída deles do local⁵⁹, o resgate só foi possível com o auxílio de mergulhadores.

Ao associar a charge ao fato, funciona a metáfora discursiva, pois a memória do resgate das crianças é acionada em um processo parafrástico, pela substituição da imagem e da formulação linguística. Retomemos ao conceito de metáfora em AD: quando os sentidos se reinscrevem nas materialidades e assim se repetem, instaura-se a metáfora discursiva, que pode instituir tanto o mesmo efeito-sentido, denominado de paráfrase, como pode instaurar a polissemia, que são os deslocamentos, as rupturas dos processos de significação (ORLANDI, 2003).

A metáfora discursiva, na figura 12, é instaurada tanto com a imagem do resgate, como também com o que é resgatado, já que o processo metafórico funciona pelas substituições. Na SD33 funciona a posição-sujeito de contestação e repúdio à intervenção militar, por ser esta compreendida como o retorno da ditadura, vista como algo negativo. Desse modo, funciona também o efeito-sentido sobre a necessidade de resgatar da ignorância, por meio da história, para mostrar a verdadeira face de uma ditadura, a saber, que a *intervenção militar é ditadura sim, e por isso não deve voltar*. Logo, da mesma maneira que houve o resgate do time de futebol da caverna, que remete a trevas, escuridão etc., temos a relação com o resgate dos desconhecedores da história para trazer esse processo à luz do conhecimento e extirpar a ignorância que busca silenciar e apagar a memória da Ditadura Militar de 1964.

⁵⁹ Fonte: BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44827229>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Figura 13 – Alegoria da caverna de Platão⁶⁰



Fonte: Anarquista (2012).

Para ampliar o nosso entendimento sobre o discurso inscrito na SD33, recorreremos ao *Mito da Caverna* de Platão⁶¹, que consiste na tentativa de explicar a condição de ignorância em que vivem os seres humanos, e estabelece relação metafórica com a charge de Orlandeli (SD33) com efeito parafrástico, pois as formulações inscritas na materialidade trazem o funcionamento discursivo de que é necessário sair da “caverna da ignorância da História” – por ser esta uma ciência e a luz que dissipará as trevas dos sentidos da “Intervenção Militar Já”, projetada imaginariamente como um período de bonança, de progresso e de paz.

Na charge (SD33), o mergulhador segue para resgatar da ignorância os indivíduos que são interpelados pela ideologia do militarismo e afetados pelo efeito de apagamento da história da Ditadura. A SD 33 materializa o discurso científico que contesta a ignorância por meio de um livro de História e, assim, busca, através do conhecimento dos fatos comprovadamente científicos sobre a Ditadura Militar, iluminar o entendimento das pessoas e tirá-las da *caverna do senso comum*. O efeito de paráfrase funciona, portanto, com o mito da caverna de Platão, cujo objetivo é o de considerar o senso crítico como luz que contrapõe o senso comum.

A charge também foi comentada por alguns leitores, como podemos observar nas SDs seguintes.

SD34

V. L. A ditadura provavelmente era boa sim, pq senão não tinha durado tanto tempo. Assim como o capitalismo ou socialismo é bom... mas esse "bom" é relativo. Hj dei uma atividade de autoavaliação e os alunos "ruins" se deram

⁶⁰ Fonte: Anarquista. Disponível em: <https://www.anarquista.net/alegoria-da-caverna-de-platao/> Acesso em: 31 jan. 2019.

⁶¹ Fonte: USP. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/203.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

nota maior, ao passo que os bons foram coerentes. Então o problema do Brasil não é a ditadura, não é o capitalismo e muito menos a falta de estudar história. O problema do Brasil é o brasileiro q quando eleito, passa a trabalhar para um sistema que veio junto com Cabral e esquece que esta lá representando o povo. [sic]

SD35

T. D. S. "não tinha durado tanto tempo", minha filha, ela durou tanto tempo porque quem tentava derruba-la era torturado, morto e tinha o cadaver ocultado e depois era dado como "terrorista". um exemplo de que ditadura tem muita resistencia(para acabar com esse seu podre argumento) é a Síria, praticamente o país inteiro quer acabar com a ditadura de Assad, porem ele tem o exercito em suas mãos e pra derrubar um exercito exige muitos confrontos armados e esforços, não apenas manifestações passivas! [sic]

SD36

"A. J. P. Por estudar a história que concordo com o termo "Período Militar", não houve ditadura,isso ao meu ver claro,cada um tira a opinião que quiser!" [sic]

A SD34 é constituída por um comentário no qual funciona uma posição-sujeito de defesa da ditadura como uma era positiva, pela interpelação ideológica do discurso do militarismo, sendo inclusive inscrita a mesma formulação criticada na charge em que consiste afirmar que a ditadura foi boa.

Funcionam, assim, efeitos-sentido do senso comum e de ignorância acerca do processo de governo ditatorial brasileiro, a exemplo do dito: "era boa sim, pq senão não tinha durado tanto tempo"; e ainda "o problema do Brasil não é a ditadura [...] o problema do país é o brasileiro" [...]. Ademais, funcionam efeitos de silenciamento dos sentidos de horror da Ditadura Militar de 1964.

Já a SD35 materializa um discurso em divergência ao inscrito na SD34, com a posição-sujeito que reconhece o período militar como uma legítima ditadura e um governo autoritário que não permitia a oposição sem haver retaliação: "[...] ela durou tanto tempo porque quem tentava derruba-la era torturado, morto e tinha o cadaver ocultado e depois era dado como "terrorista"." [sic]

Conforme já mencionado, na charge (SD33) funciona um discurso com efeitos de que a ignorância acerca da história motiva o anseio por uma nova intervenção militar, pois esta é construída com efeito de apagamento de sentidos para ditadura. No entanto, a SD36 apresenta um efeito-sentido de contestação, quando o leitor alega que "por estudar história" é que concorda que não houve ditadura e sim um "*Período Militar*". Na SD36, a ciência histórica é usada para produzir efeitos de legitimidade ao apagamento de sentidos de ditadura para o

governo militar; nesse caso, funciona o trabalho da ideologia para produzir efeitos de transparência da linguagem, mas esta é opaca e, assim, o sujeito, afetado ideologicamente, ocupa a mesma posição-sujeito de apologia ao discurso da Ditadura Militar brasileira.

Foi possível perceber o funcionamento de uma regularidade discursiva com efeitos-sentido de apagamento e silenciamento da realidade histórica sobre a Ditadura Militar, instaurada no Brasil em 1964. Tais efeitos-sentido são afetados pela ideologia de força, de coragem e de austeridade para a instituição Exército e ao poder militar. Nessa conjuntura, trava-se um embate discursivo acerca dos sentidos para intervenção militar, com distintas posições-sujeito, majoritariamente, de defesa e apoio ao discurso do militarismo, pelo anseio de uma intervenção que, supostamente, iria resolver os problemas do país.

Também vimos no discurso de apelos à intervenção militar, efeitos-sentido de apagamento da história, do menosprezo pelo conhecimento e do culto à ignorância. Tal processo de escuridão se dá pelo desconhecimento da realidade histórica brasileira, e decorre da pouca discussão existente no país, na sociedade no geral, sobre a Ditadura Militar brasileira de 1964, que tanto mal fez aos seus combatentes e manchou a história do país, de sangue e de vergonha, e sem o efeito de constrangimento que ela deveria proporcionar até aos dias atuais, mas agora transforma-se, até mesmo, em um orgulho cego e ignorante.

O estudo também mostra que o funcionamento do discurso da “Intervenção Militar Já” nas mídias digitais produziu efeitos determinantes para o envolvimento de militares no cenário político e eleitoral do Brasil no ano de 2018, sobretudo com efeitos de militância digital para a eleição do então Deputado Federal Jair Bolsonaro.

É fundamental, no gesto analítico, considerar as especificidades desse lugar de produção e circulação de diferenciados discursos que é a *internet*, e mais especificamente a rede social *Facebook*, com as facilidades de acesso à rede e contatos com diferentes grupos sociais, a ilusão do anonimato ou da liberdade de expressão, assim como a velocidade de divulgação do que é produzido por lá. As redes digitais e sociais devem ser observadas como espaço discursivo que mobiliza rede de memórias, de discursos e de sujeitos.

Nas materialidades digitais aqui analisadas, foi possível observar as disputas de sentidos na territorialidade do ciberespaço. A esse respeito, Cortes (2015a, p. 29) argumenta que território e territorialidade “[...] já trazem uma memória de poder, controle, apropriação, dominação, a partir de sua etimologia, e é desse modo que o ciberespaço deve também ser pensado, na perspectiva de exploração territorial [...]”. Verificamos esse funcionamento nas análises, qual seja, a exploração territorial do ciberespaço e das redes sociais – em especial, o *Facebook* – para estabilizar sentidos da ditadura para o militarismo, por meio da reivindicação

“Intervenção Militar Já”; mas também nessa mesma rede funciona o discurso de resistência ao silenciamento de sentidos de ditadura para o regime militar.

Entretanto, o sentido sempre pode ser outro e, assim, sempre haverá resistências e embates, como os observados aqui.

4 CONCLUSÃO

Ao estabelecer a trajetória da pesquisa que resultou nesta dissertação, nos propomos a analisar o funcionamento discursivo do enunciado “Intervenção Militar Já” nas mídias digitais. Nosso principal objetivo para este trabalho foi analisar os efeitos de memória e efeitos-sentido instituídos no funcionamento discursivo do referido enunciado, materializado especificamente na rede social *Facebook*, e observar os efeitos produzidos a partir das relações metafóricas com formulações da Ditadura Militar brasileira de 1964.

Nesse sentido, torna-se relevante ressaltar a nossa questão-problema central, que foi a seguinte: **Como funciona discursivamente o enunciado “Intervenção Militar Já”, materializado nas redes midiáticas digitais, ao considerar as relações com a memória discursiva da Ditadura Militar brasileira de 1964?** Destacamos, ainda, uma das questões auxiliares estabelecidas para o trajeto do estudo: **Que efeitos discursivos foram produzidos pelo enunciado “Intervenção Militar Já” no processo eleitoral brasileiro do ano de 2018?**

Nossa **principal hipótese** é a de que a repetibilidade do enunciado “Intervenção Militar Já”, nas mídias digitais, ao estabelecer relação com a memória discursiva da ditadura militar, mobiliza pré-construídos e sentidos do já-dito e, assim, institui efeitos de memória e distintos efeitos-sentido, instaurando tanto a estabilização parafrástica quanto a “desregulação” dos sentidos. Nossa **segunda hipótese** é a de que o enunciado “Intervenção Militar Já” funcionou com efeitos discursivos de militância digital em prol das eleições de 2018, favorecendo, especialmente, a eleição do atual presidente da República do Brasil. Assim, como vimos nas análises das materialidades discursivas apresentadas, nossas hipóteses foram confirmadas no estudo.

Vimos que a formulação discursiva “Intervenção Militar Já”, inscrita nas materialidades que integram o nosso *corpus*, surge sob condições de uma inconsistência democrática no Brasil desde a eleição geral de 2014, na qual a candidata reeleita para a presidência da República não conseguiu concluir seu mandato de mais quatro anos, como consta na Constituição Brasileira, devido ao processo de *impeachment*. “Seis anos. Esse foi o tempo que durou o governo da primeira mulher Presidente do Brasil. Um segundo mandato reduzido à metade [...]” (COSTA, 2018, p. 80), e o país passou a seguir um plano de governo derrotado nas urnas.

Constatamos que funcionam efeitos-sentido para o *impeachment* de Dilma, em 2016, como um golpe de estado, dessa vez, não efetivado por generais militares, como em 1964, mas aparentemente de forma democrática, passando por um processo burocrático, com

votações dos parlamentares das duas casas legislativas federais, Câmara e Senado, como apontado por Luz (2018),

O processo, liderado por Eduardo Cunha, seguiu o rito prescrito na Lei do Impeachment nº 1.059/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, na Constituição Federal e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme definido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar o chamado rito do *impeachment* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 378, a pedido do Partido Comunista do Brasil – Pcdob (LUZ, 2018, p. 22-23).

Observamos que essa crise constitucional e democrática, que se iniciou no âmbito político-eleitoral, resultou em manifestações nas ruas e nas redes, materializando o discurso da necessidade premente de uma intervenção das Forças Armadas na administração do país, sendo tal intervenção discursivizada com efeitos de solução para tal crise.

Para trazer mais clareza às condições de produção do discurso analisado, tecemos algumas considerações sobre a história recente do nosso país, a fim de contextualizar o período de regime militar do governo brasileiro; o objetivo daquela seção foi mostrar que o discurso de intervenção militar também esteve presente nos antecedentes do golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido – amparados na historiografia – conseguimos perceber, de forma abreviada, os resultados daquele golpe para o país, a saber, a consolidação no Brasil de uma Ditadura Militar, com governos totalitaristas e autoritários, sendo que todos os presidentes desses 21 anos de regime foram assumidos por marechais e generais do Exército.

Procuramos mostrar que muitos acontecimentos recentes foram determinantes para a constituição e formulação do discurso da intervenção militar nas redes sociais. Relembramos os protestos de 2013, que se espalharam por grande parte do Brasil, cobrando do governo melhorias e já instigando um descontentamento com as políticas desenvolvidas pela gestão Dilma Rousseff (PT). Vimos que estes protestos culminaram numa polaridade entre a esquerda e a direita, mais precisamente a nova direita brasileira, formada por agrupamentos como MBL e outros movimentos semelhantes a ele, e pelos opositoristas à esquerda; e constatamos que essa polarização foi uma peça importante para encaminhar a crise no Brasil, com instabilidade política, econômica, social e democrática.

Isso posto, apresentamos também as características do discurso digital, do ciberespaço e das redes sociais, focando no *Facebook*, a fim de ampliar o entendimento sobre as condições de produção do discurso. Nas análises, observamos que o fenômeno das substituições contextuais, tanto de elementos linguísticos como de elementos imagéticos, é próprio da

estrutura das mídias digitais, e isso nos possibilitou identificar as metáforas discursivas com efeitos parafrásticos e polissêmicos.

A partir do segundo capítulo, iniciamos os gestos analíticos, precedidos por uma discussão sobre os recortes teóricos da Análise de Discurso que foram mobilizados para as análises. Como resposta à questão central proposta no início deste trabalho, os gestos de interpretação das materialidades analisadas, confirmando nossas hipóteses, mostram que o funcionamento do enunciado “Intervenção Militar Já” atualiza a memória da Ditadura Militar ocorrida no Brasil (1964-1985) e, ao estabelecer relações metafóricas com a memória discursiva da Ditadura Militar de 1964, instaura efeitos parafrásticos e polissêmicos com uma tensão discursiva de duas posições-sujeito dominantes:

Primeira posição-sujeito – apologia à urgente intervenção militar no Brasil, sendo esta discursivizada com efeitos-sentido de solução necessária aos problemas do país; esta posição-sujeito funciona também com efeitos de apagamento da memória do golpe instaurado no país em 1964, que instaurou a Ditadura Militar no país. Desse modo, o discurso de defesa da intervenção militar é afetado pela memória do militarismo (1964-1985) como um momento bom ao país, pois o livrou da ameaça do “espectro comunista”.

Já a *segunda posição-sujeito* presente no discurso da “Intervenção Militar Já” é a de resistência a uma suposta intervenção, pois o sujeito é afetado pela memória do militarismo com efeitos-sentido negativos para o governo militar, e de que houve sim uma ditadura e ela não poderá retornar ao país.

Notamos, assim, que a democracia alcançada com o fim da Ditadura Militar em 1985 não estava realmente consolidada no imaginário de parte da população brasileira, incluindo políticos, militares, juízes e cidadãos comuns, pois, diante da primeira instabilidade mais grave da redemocratização, começaram a funcionar efeitos-sentido e posições-sujeito de defesa a uma nova intervenção de militares no poder, a fim de acabar com a crise que se instaura no Brasil, relativizando inclusive, os efeitos-sentido de que uma “Intervenção Militar Já”, imediata, urgente, poderia acarretar num regime ditatorial.

As análises mostram também que o discurso da intervenção militar funciona com efeitos de tentativa de apagamento do que foi a ditadura no Brasil; ao negar a existência de ditadura ou das características que configuram o regime militar como um governo autoritário, a ideologia trabalha para estabilizar sentidos de que não houve uma ditadura em nosso país. Esse é um efeito de memória do discurso militar no qual o golpe de 64 e o regime ditatorial são discursivizados como uma revolução que libertou o Brasil do comunismo e das crises de

corrupção que assolavam a nação naquele momento. Ou seja, vemos um funcionamento discursivo com efeitos-sentido de apagamento da história do Brasil.

Como vimos, as projeções imaginárias foram determinantes no funcionamento do discurso da “Intervenção Militar Já”. O mecanismo imaginário, segundo Orlandi (2003), possibilita a passagem das situações enunciativas para as posições-sujeito. Segundo a autora, a posição-sujeito está diretamente ligada à memória e ao contexto sócio-histórico, já que é por meio do imaginário que o sujeito sofre os efeitos do simbólico. Assim, do mesmo modo que a memória discursiva tem origem na memória social, as formações imaginárias discursivas também partem do imaginário social. Por essa razão, tanto os processos metafóricos como as projeções imaginárias só funcionam no jogo de relações com o interdiscurso e a memória discursiva.

As projeções imaginárias dos sujeitos discursivos acerca do regime militar determinam as posições-sujeito: a posição-sujeito de adesão à intervenção militar é afetada pelo discurso que nega a Ditadura Militar e discursiviza aquele período como de bonança, paz e prosperidade ao país; já a posição-sujeito de resistência ao discurso materializado no enunciado “Intervenção Militar Já” é afetada pelo imaginário do regime militar como um golpe de estado que instaurou um governo autoritário, de perseguições políticas, de torturas e censuras acontecidas durante o regime militar. Essa posição-sujeito é também afetada pelo discurso científico da história.

Os resultados do estudo apontam, portanto, que o mecanismo imaginário – constituído pelo interdiscurso – é determinante no funcionamento das posições-sujeito no discurso. Desse modo, verificamos que os sentidos estão em constante litígio, pois analisamos efeitos-sentido de adesão e repúdio à memória discursiva da ditadura, considerando o espaço digital, no qual os sujeitos discursivos podem ser interpelados por distintas ideologias e onde a circulação dos discursos é feita de forma mais ágil, devido às características deste espaço, pela facilidade que a *internet* oferece. Constatamos que essa particularidade fez com que a repetibilidade do enunciado analisado se apresentasse de diversas maneiras, com diferentes efeitos-sentido. Percebemos um processo de reinscrição de materialidades e sentidos, de ressignificação da memória.

Outro ponto relevante deste estudo é a discussão que trazemos no terceiro capítulo acerca dos desdobramentos do enunciado “Intervenção Militar Já” nas redes sociais, durante a campanha eleitoral de 2018, ano de eleições presidenciais. Os resultados das análises mostram que a intervenção militar no Brasil *já* aconteceu e se concretizou, dessa vez, de forma democrática, através de uma eleição com voto popular (PINTO, 2019). Logo, podemos

reafirmar a confirmação da hipótese de que a repetibilidade do enunciado “Intervenção Militar Já” funcionou discursivamente com efeitos-sentido de militância digital em prol das eleições de 2018, culminando com a efetivação de um militar da reserva no cargo de presidente da República, eleito democraticamente, tendo como vice um general, também militar, a saber, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro e o Gal. Hamilton Mourão, respectivamente.

Assim, nossos gestos analíticos mostraram que a eleição de dois militares, de forma democrática no pleito de 2018, confirmou a militância do discurso da Intervenção Militar, “Já”, ou seja, o efeito de imediatismo foi contemplado com a instauração de um governo feito por sua maioria de militares, no qual incluem o presidente, o vice e a grande maioria dos ministros de estado.

Diante da eleição de um militar da reserva para presidente e de um general do Exército para vice, é importante fazer as seguintes considerações: Bolsonaro escolheu, em sua maioria, militares para ocupar as pastas dos ministérios, abrindo um parêntese em relação a esta constatação, no primeiro governo do regime militar (1964 a 1967 – Castelo Branco) não havia, nos ministérios, tantos representantes das Forças Armadas como se tem no governo de Jair Bolsonaro (PINTO, 2019).

Seguramente, o discurso digital tem a sua especificidade nas condições de produção, que, como já vimos neste estudo, possibilita que os embates e disputas de sentidos funcionem de forma muito veloz e permite também uma movimentação (in)tensa de discursos e de sujeitos. Dessa forma, é necessário reafirmar a importância das redes sociais e do discurso digital na consolidação e apoio ao candidato de extrema direita nas eleições de 2018.

Todas essas constatações demonstram que o processo de redemocratização do Brasil não se deu de forma homogênea e, diante disso, ainda funcionam efeitos-sentido com resquícios de autoritarismo e desdém pela democracia. Nesse sentido, alguns dos autores mencionados neste trabalho, a exemplo de Chaia (2018) e Pinto (2019), postulam que uma das possibilidades de buscar consolidar em definitivo o estado democrático de direito é através de uma mudança cultural na sociedade, principalmente no que diz respeito à política do nosso país.

Como relatamos nos gestos iniciais⁶², os efeitos discursivos do termo *comunismo*, afetado pelo imaginário do *medo*, é um efeito de memória do discurso militar. Enfatizamos que o discurso do “medo do comunismo” também funcionou vigorosamente no período que

⁶² Vide item 1.1.

antecedeu ao golpe militar de 1964, e que os antecedentes do golpe civil-militar seguiam “[...] retomando o antigo discurso da crise econômica e evocando novamente o espectro comunista para justificar as medidas de cunho fascista [...]” (SOUZA; DIAS, 2018, p. 1). No entanto, também como já esclarecemos, estudos mostram que essa é uma constatação sem fundamentos (FAUSTO, 2019).

Sendo assim, percebemos que métodos semelhantes aos utilizados para que os militares tomassem o poder em 1964 foram usados com efeitos de *democracia* para os militares chegarem ao poder por meio do voto em 2018. Para ilustrar essa discussão, apresentamos na Figura 13 a seguir uma montagem de imagens⁶³ com duas fotos contendo faixas com ditos idênticos, mas em épocas diferentes, o que confirma nossa constatação de que os antecedentes do golpe de 64 são semelhantes aos do golpe de 2016.

Figura 14 – O Brasil não será uma nova Cuba: 2015 e 1964 (17/10/18)



Fonte: Facebook (2015).⁶⁴

⁶³ A figura 14 não se trata de mais uma SD a ser analisada e sim de uma ilustração que configura em aparato para justificar as discussões feitas nas análises, a exemplo das SDs 31 e 32, e nas conclusões referentes aos efeitos-sentido de que o comunismo já existiu no Brasil.

⁶⁴ Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Libertadordemarionetes/photos/a.713586598661648/2106999399320354/?type=3&theater>. Acesso em: 17 set. 2019.

Na imagem acima, verificamos duas fotos que foram montadas e circulam nos ambientes virtuais da *internet*, principalmente nas redes sociais, a fim de comparar a semelhança desse tema, mesmo em épocas distintas no tempo. Na parte de cima temos uma imagem colorida, fotografada em 2015, com pessoas em protesto utilizando uma faixa com os dizeres “O Brasil não será uma nova Cuba”; a mesma formulação também foi escrita em outra faixa, na década de 60, abaixo na imagem em preto e branco, na primeira manifestação realizada em 19 de março de 1964, denominada de *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*⁶⁵, em apoio às Forças Armadas, que já se organizavam no intuito de consolidar o golpe civil-militar de 31 de março do mesmo ano.

O que pretendemos com essa discussão é mostrar que o *medo do comunismo* é um efeito do discurso do militarismo, um já-dito usado como justificativa para conduzir golpes no Brasil. Ademais, como já ressaltado, tal receio não tem base histórica. Esse mesmo sentido de pavor-comunista funciona nos discursos materializados por falas de Jair Bolsonaro, não somente antes da eleição, mas mesmo após ter vencido o pleito, interpelado pela ideologia do discurso militarista, ele ocupa também a posição-sujeito de propagandista do medo comunista.

Boris Fausto (2019), ao comentar a respeito desses casos de tentativa de revisionismos da História, afirma que não se trata de uma reinterpretação, mas sim de uma negação de fatos, documentos, testemunhos e até mesmo do reconhecimento do Estado brasileiro de que houve uma ditadura no Brasil. No entanto, o historiador argumenta que essa retomada da memória discursiva de defesa à intervenção militar e apoio ao totalitarismo e a discursos autoritários, se dá muitas vezes pelos resquícios da ditadura e do não reconhecimento da sociedade e de alguns dos representantes do Estado do quanto ela foi negativa ao país.

As forças armadas nunca reconheceram os aspectos mais negativos de 1964, nunca fizeram uma análise de um ponto de vista em que foram ressaltadas as violências, a quebra da ordem democrática, uma quebra até dos padrões de convivência dentro do país. Na medida em que isso ocorre e com a chegada desse governo de direita, [**Bolsonaro**] sob certos aspectos, de extrema direita, entende-se que essa revisão que vinha forte no meio militar ocorra também, digamos, no setor da direita como um todo (FAUSTO, 2019, acréscimo e destaque nosso).

Na perspectiva teórica da AD, os “resquícios” da ditadura mencionados pelo autor são os implícitos da memória discursiva da Ditadura Militar que ainda produz muitos efeitos.

⁶⁵ Na introdução já mencionamos sobre as passeatas das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, vide p. 19.

Salientamos que o estudo dessa temática na perspectiva da Análise de Discurso, a qual tomamos como base teórica para a pesquisa que resultou neste trabalho, mostrou-se bastante produtivo e pertinente, uma vez que a teoria do discurso de filiação pecheuxtiana nos possibilita a ruptura com a transparência da linguagem, e assim permite a compreensão dos efeitos ideológicos inscritos nas redes de memórias, as determinações históricas, os embates dos sujeitos e dos sentidos que se instauram nas malhas das redes digitais/discursivas da *internet*.

Por sua vez, o estudo mostra também os efeitos das redes midiáticas digitais nessa teia discursiva, e confirma o espaço virtual como lugar de embates e de disputas territoriais discursivas, um espaço de tensões ideológicas (CORTES, 2015a), afinal, a língua é constituída da falha e do equívoco e o sentido sempre pode ser outro (PÊCHEUX, 1995 [1975]).

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C. Desafios da resistência: As lutas de enfrentamento da classe trabalhadora. *In*: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary. (org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.
- ACHARD, P. *et al.* **Papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.
- AGUIAR, A. M. F. M. **O que realmente pensam os conservadores**. Set. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13511/o-que-realmente-pensam-os-conservadores>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- ALEGORIA DA CAVERNA DE PLATÃO. Disponível em: <https://www.anarquista.net/alegoria-da-caverna-de-platao/>. Acesso em: 15 jan. 2019. (Figura 13).
- BATISTA, G. de A. **A discursivização espetacularizada da política brasileira em memes: metáfora, imaginário e efeitos-sentidos**. Orientador: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.
- BEM BLOGADO. **“Apagamos a memória da ditadura”**. Disponível em: <https://bemblogado.com.br/site/apagamos-a-memoria-da-ditadura/>. Acesso em: 5 mar. 2020. (Figura 7).
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BOULOS, G. Dilma também ataca a democracia ao sancionar lei antiterrorismo, diz Boulos. Entrevista concedida a Leonardo Sakamoto. São Paulo, 18 de março de 2016. **Blog do Sakamoto, UOL**. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/18/dilma-tambem-ataca-a-democracia-ao-sancionar-lei-antiterrorismo-diz-boulos/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 set. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRITO, A. M. de F. O movimento estudantil universitário no Brasil: entre a luta pela reforma universitária e a resistência à ditadura (1960-1968). **Contenciosa**, Año VI, n. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.
- BRITO, Eliane de Jesus. **Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 84f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2016. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2016.v4i1.76>.
- CAETANO, T. L. F. *Mein Kampf* e o Ideário Nazista. **Consilium - Revista Eletrônica de Direito**, Brasília n.4, v.1 maio/ago. de 2010. Disponível em: http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/consilium_04_01.pdf. Acesso em: 5 dez. 2018.

CAVALCANTE, S. Classe média e conservadorismo liberal. *In.*: CRUZ, S. V; KAYSEL, A; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 177-196. 2015.

CAVALCANTI, L. J. N. A promessa da democratização pela internet e os furos da realidade no virtual: Como o arquivo radicaliza. *In.*: **VII SEAD - A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas.** Recife – PE, 2015.

CAZARIN, E. A.; MENEZES, E. S. A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. **Conexão Letras**, v. 9, n. 11, jan./jun. p. 112-122. 2014.

CHAIA, V. O conservadorismo e a ascensão da Nova Direita. *In.*: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary. (org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências.** São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

COLLING, A. M. Vozes silenciadas: a ditadura brasileira e as mulheres. **Contenciosa**, Año VI, n. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.

CORTES, G. R. O. Da interação à interlocução discursiva: a subjetivação do leitor em comentários de blogs de divulgação científica. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 40, n. 1, p. 1-10, 2018.

CORTES, G. R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor:** a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. 2015. 268f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2015a.

CORTES, G. R. O. Movimentos sociais, interlocução discursiva e a (re)territorialização do ciberespaço: uma análise da greve de professores estaduais da Bahia em 2012. *In.*: **VIII Seminário Internacional - As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação**, Junho/2015b.

COSTA, Thaianne Dutra Luz. **A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff;** 95f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.160>.

COSTA CARDOSO, L. “Volta à Ditadura”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964. **Contenciosa**, Año VI, n. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.

COURTINE, J-J. (1981). **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradutora: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250 p.

DELCOURT, L. Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 20 n. 36, p. 126-139, jan./jun. 2016.

DIAS, L. A.; SOUSA, R. L. de. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. *In.*: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary. (org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências.** São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

DIAS, C. A Análise do Discurso Digital: um campo de questões. **REDISCO**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016. ISSN 2316-1213.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015.

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/estadao/photos/a.124486140899790/1054596501222078/?type=3&theater>. Acesso em: 31 ago. 2018. (Figura 2).

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/UOL/posts/10152483662873239>. Acesso em: 30 set. 2018. (Figura 3).

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/interven%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-j%C3%A1/1191157480940637/>. Acesso em: 30 set. 2018. (Figura 4).

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/170115863454850/photos/a.300606630405772/356803991452702/?type=3&theater>. Acesso em: 31 maio 2019. (Figura 5).

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/UOL/posts/10154618664823239>. Acesso em: 30 set. 2018. (Figura 6).

FACEBOOK. Disponível em: https://www.facebook.com/blogdorodrigoferraz/posts/2046534845363225?__xts__%5b0%5d=68.ARDyqINZE5ppXy6yv8OCBPIjJDPUX7Ie2V44hKw4tVPbu2yv0hF6s7qcUOaD4j1aQx4GQ_LzMdkabjg3ZEwhFLOyBWzfBgQEyx_ogw9GziS2pnHi_F72MJ29QnkbKA6nrP_7fTY1Oo4jlfphjWIXo5tfhLeT1P4avuGbEloq5GWEN2GKI9kGdgovSYR5pddf8P_KzoxturREtgCeGteaddVJtgM7oiD00m2MAK2yyFylg9oxEOUyui3j8v82GymHUR6_GA87GVkieXZUZdC5ObmW97GSZyQnZzGysPr9c9bbewSsszftbDc7F7nk0BAxFOUZOYe3FMo5ORr-zw&__tn__=-R. Acesso em: 30 abr. 2019. (Figura 8).

FACEBOOK. Disponível em: https://www.facebook.com/blogdoruymedeiros/posts/1957988451080753?__xts__%5b0%5d=68.ARAw7ax1Gy78h6Fu9uOpyZ5ufMGYyArWUo md7g4X1Mi8V2KjqT7XdE22HfOVKpVUqRS__3iUDIhtqvT8laHKZzGC9Ey_2Peq74V04hNhTs3irXlv1ekS8uiPSTartObMb_ir3TJkdMz2DbyuTB2NguCMw3IZjfvlf6FW4L_w4XCx2T7oDd2pZt7llbo7V4yJtqUdnjnqXoaC4gPaSeo3ysco2L8Ysf6rqD4WtpiTawYB8jSer81OxFI E3Iwj21YPKdGHuoOmCtAds6hvItFwz2ajqHR2Aw5ej80bHZahDYa8vM4tFJMFItELioPM lzvTDZaGJ7daWTx4O1EGhpo&__tn__=-R. Acesso em: 30 abr. 2019. (Figura 9).

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/davidsalomao.juspm/posts/10207734718125179:0>. Acesso em: 30 jun. 2019. (Figura 10).

FACEBOOK. Disponível em: https://www.facebook.com/MPHistoria/photos/a.683740555093151/1279030912230776/?type=3&eid=ARajUR6y3d24KIhMXxOfeAdLAMoffmWH9RQ8wQ_biRPAX6P3wHa1yKxR_Eo9F10wAxCc2xNZyP11X1p. Acesso em: 30 set. 2018. (Figura 11).

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/historia.animada/photos/a.1084184184974006/1925031384222611/?type=3&theater>. Acesso em: 30 jun. 2019. (Figura 12).

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/Libertadordemarionetes/photos/a.713586598661648/2106999399320354/?type=3&theater>. Acesso em: 30 set. 2019. (Figura 14).

FAUSTO, B. Boris Fausto sobre o golpe de 64: “É impossível negar os fatos”. Entrevista concedida a Thiago Domenici. **Pública. Agência de Jornalismo Investigativo**. 29 de março de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/03/boris-fausto-sobre-o-golpe-de-64-e-impossivel-negar-os-fatos/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FERNANDES, C.; VINHAS L. I. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

FONSECA, F. O processo de desestabilização política, econômica e ideológica e seu desfecho. In: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary. (org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/02/facebook-libera-cinco-novos-botoes-alternativos-ao-curtir.html>. Acesso em: 6 jul. 2018. (Figura 1).

GALLO, S. L.; SILVA, M. J. da; BOCCHESI, P. A. Projeto Metarede: Investigando discursividades online e textualidades digitais. In: FLORES, G. G. B; NECKEL, N. R. M; GALLO, S. M. L. (org.). **Discurso, Cultura e Mídia: Pesquisas em Rede**. Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

GRIGOLETTO, E. O discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C.R. (org.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011.

GRIGOLETTO, E. Do discurso político às novas tecnologias: um percurso sobre o objeto de estudo da Análise do Discurso. **Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS**. V; 24, n. 48, 2010.

GRIGOLETTO, M. **Silenciamento e Memória: Discurso e colonização britânica na Índia**. São Paulo, 2003.

GOLDSTEIN, A. **A ascensão da extrema direita e o uso das redes sociais no Brasil**. Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37523250/A_ascensao_do_Bolsonaro_e_o_uso_das_redes_sociais_no_Brasil. Acesso em: nov. 2019.

HENRY, P. A história não existe? Trad. por José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994. p. 29-54.

INDURSKY, F. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. In: MITTMANN, S; JUNG DE CAMPOS, L. (org.) **Análise do Discurso: da inquietude ao incômodo lugar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. ISBN: 97885-217-0225-2.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. Memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F. MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). **Memória e História na Cena do Discurso**. Campinas, SP, Mercado de Letras, 201, p. 76-90.

LEANDRO FERREIRA, M. C. O caráter singular da Língua na Análise do Discurso. **Revista Organon**, vol.17, n. 35. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, p.189-200.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LUZ, Milca Borges. **Efeitos-sentido na circulação-confronto de formulações da Sessão de Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rouseff**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.152>.

MARTINS, A. Ciberativismo: ativismo nasce nas redes e mobiliza as ruas do mundo. *In: UOL Vestibular*, 04 fev. 2014. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas.htm>. Acesso em: dez. 2019.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, Set./Dez., 2017.

MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. *In: II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso – Porto Alegre: UFRGS*. Anais [...], Porto Alegre, RS 2005. ISSN 2237-8146. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>. Acesso em: 31 out. 2019.

MITTMANN, S. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. *In: III Encontro Nacional sobre Hipertexto*. Belo Horizonte, 2009.

MITTMANN, S. Alguns apontamentos sobre militância digital. *In: GRIGOLETTO, E; NARDI, F. S. de; SCHONS, C. R. (org.). Discursos em Rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Ed. Universitária - Ufpe, p. 119-139. 2011.

MORAIS, D. G.; PEREIRA, E. C. V. Greve dos caminhoneiros: o Facebook como arena discursiva. *In: SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira, 1964- PIOVEZANI, Carlos, 1975-CURCINO, Luzmara, (org.). - V Colóquio Internacional de Análise do discurso: caderno de programação e resumos dos grupos de pesquisa*. Araraquara: Letraria, 2019. 596 p. ISBN: 978-85-69395-87-4

SALLES, L. G. **Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?: Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira**. 169f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ORLANDI, E. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Linguagem**, n. 1, p. 9-13. Vitória da Conquista, 2005.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, (42): 21-40, jan./jun. 2002.

- ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. *In: ACHARD, Pierre et al. Papel da Memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 1999.
- ORLANDI, E. Exterioridade e ideologia. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (30):27-33, Jan./Jun. 1996.
- ORLANDI, E. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, E. Nota ao leitor. *In: PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas-SP: Pontes, 1990.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi – 2ª Edição. Campinas – SP, 2011.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, E. et al (org.). Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.
- PÊCHEUX, M. O papel da memória. *In: ACHARD, Pierre et al. Papel da Memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. *In: GADET; HAK (org). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 61-161. 1997.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso. *In: GADET; HAK (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, p. 163-252. 1997.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi [*et al.*]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas-SP: Pontes, 1990.
- PINTO, E. C. Bolsonaro e os Quartéis: a loucura com método. *In: IE-UFRJ Discussion Paper: PINTO, TD 006 - 2019*. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062019pinto.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.
- PLATÃO. A alegoria da caverna. **A República**. (514a-517c). Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/203.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- POMPEU, A. Jair Bolsonaro, o mito de pés de barro. **Revista Congresso em Foco**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/jair-bolsonaro-o-mito-de-pes-de-barro/>. Acesso em: 5 dez. 2019.
- SÁ MOTTA, R. P. 1964: “O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador. Entrevista concedida a Thiago Domenici. **Pública. Agência de Jornalismo Investigativo**. 1º de abril de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SALLES, L. G. **Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?:** Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira. 2017. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la Investigación.** 2. ed. Buenos Aires: McGraw-Hill, 1998.

SANTOS, R. A.; CORTES, G. R. O. Os efeitos discursivos do enunciado Intervenção Militar Já: O retorno da ditadura ou o controle do caos? *In.*: **Revista Interfaces.** v. 10, n. 2. UNICENTRO, de Guarapuava-PR. p. 233-243. 2019a. ISSN: 2179-0027. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/5999. Acesso em: 31 ago. 2019.

SANTOS, R. A.; CORTES, G. R. O. O Funcionamento discursivo do enunciado Intervenção Militar Já nas redes sociais. *In.*: **Estudos linguísticos e literários: caminhos e tendências / Cleber Ataíde (org.).** São Paulo: Pá de Palavra, p. 170-179. 2019b. ISBN 978-85-68326-40-4. Disponível em: https://gelne.com.br/arquivos/Estudos_linguisticos_e_literarios-vol_2.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

SANTOS, R. A.; CORTES, G. R. O. Discurso e subjetivação nas/em redes: Uma análise do enunciado Intervenção Militar Já no Facebook. *In.*: **VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional. Anais [...].** v. 7, n. 7, p. 2960-2976. 2019c. e-ISSN: 2594-7613. Vitória da Conquista, BA. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/8360/8028>. Acesso em: 31 jan. 2020.

SANTOS, R. A.; CORTES, G. R. O. O discurso da “Intervenção Militar Já”, distopia e barbárie: Confrontos e resistência nas redes sociais. *In.*: **XIII Colóquio do Museu Pedagógico. Anais [...].** v. 13, p. 1905-1909. 2019d. ISSN: 21755493 Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/8909/8564>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SARGENTINI, V. M. O. O arquivo e a circulação de sentidos. **Conexão Letras**, v. 9, n. 11, jan./jun. p. 112-122. 2014.

SATUF, I.; VASCONCELOS, W. G. I. As Estratégias Políticas na História: uma Análise das Influências das Mídias Televisiva e Digital nas Campanhas Presidenciais de 2002 e 2018. *In.*: **XII Encontro Nacional de História da Mídia. ALCAR**, 2019. ISSN: 2175-6945. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/12o-encontro-2019/gt-historia-da-midia-digital/as-estrategias-politicas-na-historia-uma-analise-das-influencias-das-midias-televisiva-e-digital-nas-campanhas-presidenciais-de-2002-e-2018/view>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SEGURADO, R. Corrupção entre o espetáculo e a transparência das investigações: análise da atuação da mídia na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. *In.*: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary. (org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências /** São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

SILVA E. D. da. **As bases da nova direita:** estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/30257%3e>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SILVA, A. B. da. *et al.* A extrema direita na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014.

SILVA, L. G. da. **Os ecos do silêncio no discurso midiático:** quando a língua é objeto de notícia. 131f (Dissertação de mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a Internet na interface do discurso. *In:* GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C. R. **Discursos em rede:** práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011.

SILVEIRA, S. A. da. Direita nas redes sociais online. *In:* CRUZ, S. V; KAYSEL, A; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SOUSA, L. M. A. *et al.* Eu curto, tu curtes, ele (não me) curte: notas sobre o funcionamento de arquivos no Face. **Revista Rua**, Campinas, n. 23, v. 2, nov. p. 221-241. 2017.

SOUZA, D. M. R. de; DIAS, J. A. Apresentação do Dossiê Ditadura Militar no Brasil. *In:* **Contenciosa**, Ano VI, n. 8, 2018. ISSN 2347-0011.

VALENTE, R. Para especialistas, pedido de intervenção militar afronta Constituição e pode ser crime. *In:* **Folha UOL**, em 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/para-especialistas-pedido-de-intervencao-militar-afronta-constituicao-e-pode-ser-crime.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2019.

VOLPATTI, L.; LIMA, F. M. Um presidente eleito pelas redes sociais. **Revista Congresso Em Foco**, em 4 de nov de 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaoforum/um-presidente-eleito-pelas-redes-sociais/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ANEXOS

ANEXO A – Imagens Ilustrativas



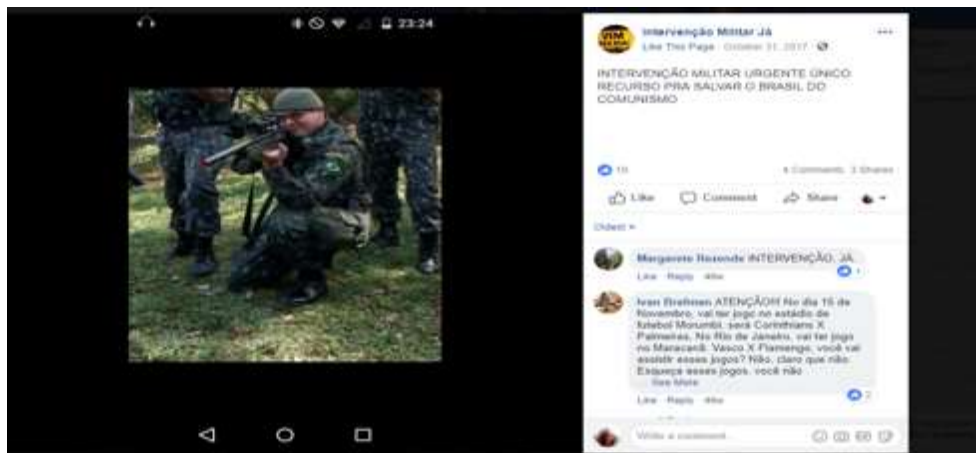
Fonte: <https://www.osul.com.br/uma-pesquisa-mostrou-que-dois-tercos-do-pais-querem-militares-ou-diretas-ja/>



Fonte: <http://www.blogdopaulonunes.com/v4/?p=24721>



Fonte: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisa/por-bolsonaro-sbt-resgata-slogan-da-ditadura-brasil-ame-o-ou-deixe-o--23121>



Intervenção Militar Já
Like This Page · October 21, 2017

INTERVENÇÃO MILITAR URGENTE ÚNICO RECURSO PARA SALVAR O BRASIL DO COMUNISMO

11 · 4 Comments · 3 Shares

Like Comment Share

Order

Margarete Nazende **INTERVENÇÃO, JÁ!**
Like Reply 40x

Ivan Bralsten **ATENÇÃO!** No dia 16 de Novembro, vai ter jogo no estádio de futebol Rómulo, para Corinthians X Palmeiras, no Rio de Janeiro, vai ter jogo no Maracanã: Vasco X Flamengo, você vai assistir esses jogos? Não, claro que não. Existem esses jogos, você não
Like Reply 40x

Write a comment



Criminólogos, Sociólogos e Pensadores Libertários
Like This Page · Jun 10

472 · 8 Comments · 101 Shares

Like Comment Share

Order

View 1 more comment

Jesum Blasin Já existe há anos nas periferias do Brasil
Like Reply 5x

Matron Roberto Está falando a tempo, só não vê quem não quer!
Like Reply 4x

Write a comment



Dora Ferreira
2h · 0

Só no Brasil essa imprensa imunda, comuna não mostra!



NOSSA ÚNICA CHANCE"

Intervenção Militar Já
Like This Page · January 19

11 · 8 Comments · 19 Shares

Like Comment Share

Order

Jose Aparecido Marchetti sim nos brasileiros agíamos pois o país está cheio de ladroes na polícia do Brasil e vemos assim acontecimento no 19 que deveria ser um espelho as nação pois vemos completamente ao contrário no
Like Reply 34x

Platando Seta Fasta bora intervenção militar, se precisar de um soldado estou a disposição
Like Reply 23x

Write a comment

Seguro | <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=19463684287631056&set=a.195727538271944&type=1&theater>

VERDADES DIFICEIS DE ENGOLIR

A ditadura só foi branda com quem era frouxo

Seu avô não sofreu repressão porque era um bunda mole

Você só acha bonito "respeitar as autoridades" porque é cagão demais pra questioná-las

Filipe Luiz Rosa
July 27 · 🌐

OPA, essas são difíceis mesmo hein galera!

18 Comments · 20K Shares

Like · Share

View 10 more comments

- Luiz Henrique Tenbrach
Like · 7x
- Jacqueline Bezerra Melo De Almeida Secora
Like · 7x
- Anne Yonairis Sorrento Camahorta
Lembra de vc nessa post? 🤔🤔🤔
Like · 7x
- Yannin Noriati José Victor Louca
Like · 7x
- Felipe André Scholz Santos Lou
Like · 7x

le aqui para pesquisar

Seguro | <https://www.facebook.com/17011596345250/y/posts/370009630485772/330267596772996/?type=1&theater>

A ORDEM É...

BOTAR ORDEM

#INTERVENÇÃO

Intervenção Militar Já
Like This Page · October 13, 2017

Siga nossa Pág

5 Shares

Like · Comment · Share

Write a comment

Friend Requests · See All

- Crys Santiago
10 mutual friends
Add as Friend

para pesquisar

Seguro | <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=194530969763358&set=a.21523071187940&type=1&theater>

INTERVENÇÃO Militar já!

Intervencionistas da Bahia! Homenageiam o General **MOURÃO**

Eliza Sousa
Fevereiro · October 25, 2017

5 Comments · 40 Shares

Like · Comment · Share

View 4 more comments

- Arlia Sousa
INTERVENÇÃO MILITAR JÁ!
Like · 7x · 8x
- Anne Maria Hegde De Andrade
DIAZ DE MOURÃO
Like · 7x · 8x
- Maria Richea Nicita
Like · 7x

para pesquisar




Fonte: <https://veja.abril.com.br/saude/tailandia-saiba-como-time-de-futebol-sobreviveu-por-17-dias-em-caverna/>



Fonte: <https://www.facebook.com/660320497455711/posts/1271592662995155/?sfnsn=mo>

20 MINUTOS ATUALIDADE Inscreva-se em nosso canal:
[Youtube.com/OpMundi](https://www.youtube.com/OpMundi)

OPERA MUNDI O BRASIL JÁ VIVE SOB UMA DITADURA?



Dia 21 de dezembro, sexta-feira, às 16h30, ao vivo, no **Facebook** e no **Youtube** de **Opera Mundi**.

Apresentado por **Breno Altman**.

O regime político da Constituição de 1988 está morto? O governo de Bolsonaro representa o enterro da VI República? Os militares são o novo poder tutelar? O STF é cúmplice do Estado de exceção, depois da decisão de Dias Toffoli contra Marco Aurélio? Qual o futuro político do país?

#Opera20minutos